
ISSN 1678-5304
CADERNOS para o PROFESSOR
Edição Especial
25
anos
Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304



FICHA CATALOGRÁFICA

Revista Cadernos para o Professor
Ano XXVI - nº 37. Juiz de Fora. Secretaria de Educação / PJF - 2019
ISSN 1678-5304

1. Secretaria de Educação - Juiz de Fora - Periódicos 1. Educação - Ensino - Pesquisa

PREFEITURA JF Secretaria de Educação

EXPEDIENTE

Prefeito de Juiz de Fora
Antônio Almas

Secretária de Educação
Denise Vieira Franco

Subsecretária de Articulação das Políticas Educacionais
Andréa Borges de Medeiros

GERENTES DE DEPARTAMENTO

Departamento de Educação Infantil
Ana Lucia Adriana Costa e Lopes

Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação
Iêda Maria Loureiro de Carvalho

Departamento de Execução Instrumental
Marcos Paulo Moreira

Departamento de Planejamento, Pessoas e Informação
Fábia Condé Della Garza

Departamento de Inclusão e Atenção ao Educando
Tânia Franklin Pedroso de Azevedo

Departamento de Ensino Fundamental
Gisela Maria Ventura Pinto

CONSELHO EDITORIAL

Terezinha Toledo Melquiades de Melo - SE/PJF
Andréia Alvim Bellotti Feital - Col. Apl. João XXIII / UFJF
Silvia Regina Benigno Silveira - Faculdade Metodista Granbery
Queila Adriana de Alcântara - Fac. Metodista Granbery
Tânia Guedes Magalhães - UFJF

REVISÃO

Maria Olinda Venâncio
Edinéia Castilho

DESIGN GRÁFICO

Marco Aurélio Morais Mendes (Briguelo)
Sebastião Gomes de Almeida Júnior (Tito Junior)

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Terezinha Toledo Melquiades de Melo
Edinéia Castilho

SUMÁRIO

09 ENTREVISTA COM A PROFESSORA THEREZA DE AZEVEDO LEITE
Maria Olinda Venâncio / Queila Adriana de Alcântara

13 ENTREVISTA COM A PROFESSORA DRA. SONIA MIRANDA
Tânia Magalhães

30 FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA: OS 50 ANOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Iverson Geraldo da Silva

53 A INTERAÇÃO DEMOCRÁTICA ENTRE PROFESSORES E PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO
Andreia Rezende Garcia-Reis

65 A MEDIAÇÃO TEATRAL NA ESCOLA EM BUSCA DA AUTONOMIA DO ALUNO-ESPECTADOR
Cristiano Antonio Fernandes Barbosa

79 A ARTE, OS PROFESSORES E O DELINEAMENTO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL
Iêda Maria Loureiro de Carvalho

92 FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS E PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL
Marivalda Abigail Rofino

100 MEU AMIGO GOKU: UMA VIVÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Ellen de Paula Moreira Abreu / Queila Adriana de Alcântara

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

MENSAGEM AO LEITOR

É com muito prazer que lhes apresentamos mais um exemplar da Revista Cadernos para o Professor na comemoração de seus 25 anos. Abordar uma comemoração requer tocar nas relações entre tempos: naquele que caracteriza a sua origem e criação e no tempo atual, aquele que faz reverberar os indícios de sua gênese. Isto implica em buscar referências históricas para podermos compreender porque e como determinadas políticas educacionais atravessam o tempo e promovem em nós sentimentos de gratidão para com aqueles que nos antecederam. Estamos falando de um passado que nos instiga pensar, no presente, sobre a importância de dar visibilidade para as práticas docentes de uma rede de ensino que cria, inova e compartilha conhecimentos, saberes e sensibilidades. A nosso ver foi bastante significativo abrir este Caderno trazendo a palavra, as lembranças e as reflexões de duas educadoras importantes no contexto de Juiz de Fora e na criação dos *Cadernos para o Professor*: Thereza Leite e Sonia Miranda. Cada uma delas a seu modo nos trouxe a gênese da criação daquela política que pressupôs a escrita como um meio de comunicação que pudesse *criar um trançado*, *um elo entre os professores*, para o compartilhamento de seus projetos, conhecimento e produções; e a leitura como uma ação "irradiadora de cultura", prenhe do compartilhamento de modos de viver a escola e os processos educativos. Pela possibilidade de revisitar o passado com lentes sensíveis, consideramos bastante significativa a opção das entrevistas registradas.

A gestão educacional, em qualquer época, pode se tornar mais potente quando não se detém frente a uma informação sobre qualquer feito do passado, e busca, no viés da força reunida no âmago das narrativas dos protagonistas de gestões anteriores, os desdobramentos de ações e vivências que marcaram um tempo de realizações. No intervalo entre informação e narrativa, encontramos brechas para tocar num princípio caro para nós, quando de nossa responsabilidade frente à Secretaria de Educação nos tempos atuais qual seja, a cultura de rede, como uma forma de construir laços e estabelecer parcerias significativas para efetivação dos direitos de aprendizagem, e de oportunidades artísticas, estéticas, esportivas e

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

culturais para crianças, jovens e adultos que enriquecem nossas escolas nas suas diferenças.

Ao longo do tempo outras políticas tomaram forma e também se tornaram promissoras para irradiar culturas e dar testemunho das práticas vivenciadas em nossas escolas tais como: O Projeto Literatudo (Circuito de Leitura); a Mostra Professor também faz Arte; a Mostra Estudantil de Arte; bem como o Projeto Rodas de Conversa com artistas e protagonistas dos campos da educação e da cultura em nossa cidade criado recentemente. As produções e registros das vivências das escolas no curso de tais ações em rede, também trazem, para a comunidade de Juiz de Fora, possibilidades de encontros, de trocas e de fruição estética. Enriquem os Cadernos para o Professor com produções de diferentes gêneros e estilos textuais.

Nesse sentido, esta Edição comemorativa traz textos autorais de professores que na sua ação docente, e por ela, se apresentam para nós como artistas, pensadores e escritores.

Iverson Geraldo da Silva traz em seu texto um pouco da história da Secretaria de Educação que, em 2019, completa 50 anos.

Andreia Rezende Garcia-Reis, em seu texto “A interação democrática entre professores e pesquisadores da educação” busca discutir a interação pela escrita entre os profissionais da docência, professores e pesquisadores em educação. Ao fazer isto direciona o nosso olhar e a nossa percepção para as interações possíveis com os textos publicados nos Cadernos ao longo dos últimos anos e aposta nesse processo como sinalizador de novos modos de condução da ação profissional no campo da docência.

A mediação teatral, abordada no artigo de Cristiano *Antônio Fernandes Barbosa, é apresentada como elemento motivador* que conecta e articula o trabalho com o Teatro à Educação.

Ieda Loureiro nos apresenta o relato “A arte, os professores e o delineamento de uma política educacional”. Compartilha conosco uma análise sobre o movimento de transformação do olhar dos professores para a Arte/Educação quando da construção gradativa de uma política pública que tem o Projeto Professor Também faz Arte como dispositivo para a criação e produção artística. Dessa forma desce as minúcias de uma ação que busca outras no campo da Arte e faz sentido para cada professor e professora que se faz presente na sua obra.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Os relatos de experiência das professoras Marivalda Abigail Rofino e Ellen de Paula Moreira Abreu, que fecham essa edição, possibilitam ao leitor conhecer um pouco do cotidiano da gestão e da prática pedagógica. O primeiro, expõe o modo como professores, coordenadores pedagógicos e alunos compartilharam conhecimentos construídos e os movimentos de apropriação das Propostas Curriculares da Rede Municipal de Juiz de Fora. O segundo, relata uma situação acontecida em sala, a curiosidade e o desejo das crianças em conhecer mais sobre o passado e a vida dos dinossauros.

O convite para ler este Caderno comemorativo toca, fundamentalmente, num modo ético de respeitar e de valorizar as delicadezas das criações de nossos professores e professoras, e o modo como eles e elas, nas suas singularidades, se mostram dedicados (as) ao ofício do magistério.

Uma boa leitura a todos e a todas!

Andréa Borges de Medeiros
Denise Vieira Franco

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Entrevista realizada em agosto de 2018 com a Professora Thereza Leite, Secretária de Educação da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, no período de 1993 a 1996, época da criação da Revista Cadernos para o Professor.

Maria Olinda Venancio[1]
Queila Adriana de Alcântara[2]

1 - Dentro da sua proposta de trabalho como Secretária de Educação, de que maneira e com que propósito surgiu a revista *Cadernos para o Professor*?

Thereza – Quando eu fui convidada para a Secretaria de Educação vieram junto grandes problemas e grandes possibilidades. Formei uma equipe com bastante conhecimento intelectual, com compromisso político e social. As coisas foram acontecendo simultaneamente, criamos a *Jornada Pedagógica* para o professor, trouxemos profissionais competentes, com história e que vieram e deixaram uma semente. A jornada foi um evento que ficou para sempre, nunca mais apagou. E nesse cenário chega-se aos *Cadernos para o professor*, pois pensamos em trabalhos que pudessem dar ao professor o ensejo de conhecerem outras identidades educativas, pois percebíamos certo desconhecimento dos trabalhos entre os próprios profissionais da rede. Um não conhecia o outro, não sabia da prática, das ideias, às vezes, dentro da própria escola. Então pensamos em um meio de comunicação que pudesse criar esse trançado, esse elo, entre os professores. E criamos uma parte escrita para que os professores revelassem sua prática, seus projetos, seus conhecimentos, seus textos autorais, enfim, de tudo isso nasceu a revista.

[1] Mestre em Letras (CES) Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora .Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora.
[2] Mestre em Linguística Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora.

2 - A primeira revista *Cadernos para o professor* foi publicada em 1993. Em 2018, comemoramos 25 anos de existência da revista. Como foi pensada essa revista inicialmente?

Thereza – Como eu já disse, ao assumirmos a Secretaria de Educação pensamos em atividades, trabalhos que poderiam estimular os professores a conhecerem o trabalho de outros professores e criar um ambiente de encontro entre os profissionais rede municipal de Juiz de Fora. Assim, a revista seria um meio de comunicação que pudesse criar uma interação, um entrosamento pedagógico entre os profissionais que publicariam seus projetos, divulgariam seus conhecimentos, suas práticas. O objetivo maior era fazer com que o professor compartilhasse sua prática com os outros profissionais da rede. Esse é que era o papel desse meio de comunicação no município: lembrar que estamos todos de braços dados e contribuir na formação do professor.

3 - Como seria feita a circulação da revista? Como foi pensado o acesso pelos professores à revista?

Thereza – A revista era enviada para as escolas e lá eram distribuídas para os professores. Mas houve uma época em que as revistas eram enviadas diretamente para o endereço do professor.

4 - Inicialmente, qual era a intenção de periodicidade da revista, pois observamos que em 1993 há três periódicos publicados; em 1994, encontramos apenas um; nos anos de 1995 e 1996 não encontramos registro de periódico publicado?

Thereza – Eu me lembro que a intenção era de ter pelo menos duas publicações anuais, pois as escolas têm uma organização por semestre, um planejamento do trabalho que deveria ser refeito sempre que necessário. A revista poderia contribuir para esse replanejamento.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

5 - Como era pensado cada número da revista a ser publicado?

Thereza – O objetivo da publicação era para o professor ler e divulgar suas práticas, privilegiar o professorado do município de Juiz de Fora que apresentassem um texto original. Claro, havia uma preocupação com o português, para não haver erros, com a redação dos artigos e relatos, com a parte gráfica, em fazer algo bonito para que os professores pudessem colecionar. Os textos poderiam ser, além de científicos, literários como crônicas e poesias. A crônica é um texto extraordinário porque a pessoa escreve, por exemplo, sobre uma questão do bairro ou da cidade, está transmitindo um conhecimento da cidade. A crônica é um gênero que faz isso muito bem feito e é autoral. Então a revista poderia trazer também a experiência do professor baseada em determinado autor. Essa revista foi feita para valorizar o professor, provocar o relacionamento entre os pares e trazer a possibilidade de conhecer o outro. Isso é motivador, isso é bonito e pode até dar um debate.

A revista pode ser simples, mas deve ser algo apresentável e entre fazer o simples e não fazer nada é preferível fazer o simples e todo mundo ler. É importante a questão democrática do pensamento, não interessa se o professor é monarquista, importa que ele é bom e o texto também. A revista impressa tem mais alcance, por exemplo, do que a internet, se pensarmos nela como um meio de comunicação da rede. Há estudos que na nova tecnologia está se perdendo coisas importantes da leitura. A leitura é uma questão de memória.

6 - A senhora pensa que a leitura no papel faz diferença?

Thereza - Quem gosta de ler conhece o mundo, esse é o valor da leitura. A leitura é irradiadora de cultura. Essa revista foi criada pensando nisso, para ser fomentadora de relações; estímulo para que os professores escrevam. Se um artigo não está bem escrito, isso não é problema, tem que arrumar. Isso eu sou a favor, porque é cultura e é cultura de escola

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

7 - O terceiro volume da revista registra a organização da central distribuidora de livros: Qual era a proposta dessa central?

Thereza – O objetivo era dar suporte ao professor para que tivesse condições de realizar um trabalho dinâmico, além do uso do livro didático. A central era o espaço onde os professores buscariam obras para desenvolverem atividades de leitura. Tinha tanto obras de literatura infantojuvenil quanto de livros paradidáticos nas diversas áreas do conhecimento. Isso possibilitaria que o trabalho do professor ampliasse o contato aluno com o universo da leitura e se formar leitor, dominando a linguagem socialmente prestigiada. Esse projeto de levar o livro na escola foi valorizado em âmbito nacional. Eu fui convidada para ir à Casa de Leitura, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, para relatar sobre esse trabalho. O professor tinha liberdade para escolher o livro, que era adquirido pela Secretaria de Educação e um veículo levava até a escola. .

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Entrevista realizada em junho de 2018 com a Professora Dra. Sonia Miranda, da Faculdade de Educação da UFJF, uma das idealizadoras e fundadoras dos Cadernos do Professor[1]

Tânia Magalhães[2]

1) De onde surgiu a ideia de produzir os cadernos da prefeitura na década de 90 (1992/1993)?

Sonia Miranda - Começo registrando que eu acho que tudo aquilo que leva ao movimento de produzir uma história, constituir uma consciência a respeito da origem de algo, tem um efeito profundamente identitário. Em nossa cultura política, existe o problema de vivermos em um país que foi ensinado a esquecer. A gente lida com uma cultura institucional que tem a marca do esquecimento, muitas vezes intencional. E eu acho que é bacana constituir um fio de história, porque a cada vez que você o faz, mais pessoas se reconhecem nela, o que produz um efeito importante para quem segue adiante. Começo, assim, parabenizando vocês que tomaram essa iniciativa de relembrar essa história que eu acho tão bonita.

A gente estava em um contexto nos inícios dos anos de 1990 e era Secretária de Educação a professora Thereza Leite. Quando a professora Thereza foi convidada para ser secretaria de educação, ela assumiu a Secretaria diante de um pacto que ela estabelece com o então prefeito Custódio Mattos, que era o seguinte: ela queria liberdade para compor a equipe dela. Ela não queria inteferência de natureza político-partidária nos assuntos da Secretaria. Na verdade, na política sempre há decisões, interferências, e ela tinha clareza disso, mas ela não queria interferências derivadas de jogos partidários. E ele deu total carta branca para ela, num pacto de real confiança e aposta na capacidade de gestão dela. Naquele contexto, ela já assume a secretaria com duas pessoas ao seu lado na posição de

[1] Entrevista apresentada na íntegra conforme respostas da professora Sônia Miranda. Transcritas por Maria Carolina Botelho Domingues, Iara Viana Fernandes Tavela, Letícia Jacinto Schneider e Tarciele Guizilini Lauro (alunas da UFJF no 1º semestre de 2018).

[2] Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz, atuando nos cursos de letras e Pedagogia e no Programa de Pósgraduação em Educação/ UFJF na linha Linguagens Culturas e Saberes

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

assessoria, que éramos eu e a Professora Eleuza Barbosa. Tinha uma razão de ser nessa tríade porque eram três pessoas que tinham passado de uma maneira densa pela história do Colégio Magister.

O Colégio Magister tem um papel muito importante na educação da cidade, ainda que essa história não seja bem conhecida e não tenha recebido o devido valor em termos de pesquisa acadêmica. É uma escola que nasce em 1970, quer dizer, no auge da Ditadura Militar. Surge como refúgio no contexto da ditadura, era uma escola em que desde sempre o pensamento se fez possível, era uma escola onde a Thereza e o professor Aurélio Leite foram, por inúmeras vezes, parar na quarta região Militar, para lutar pela libertação de professores presos. Era um colégio em que, quando um professor ia preso, a Thereza botava um cartaz na parede dizendo o seguinte “NÃO VAI TER AULA DE PORTUGUÊS PORQUE O PROFESSOR ESTÁ PRESO”. E os pais perguntavam: “vai ter substituto? Não. Enquanto o professor ficar preso, vai ficar sem aula de português”. Quer dizer, era uma escola que tinha muita clareza ética dessas coisas. Essa instituição, que tem essa singularidade, teve uma característica distintiva em toda a sua história desde sempre, desde quando eu passei por lá como professora nos anos 80 até o final da sua história, que foi produzir um trabalho denso com a questão da leitura. A questão da leitura era uma faceta da escola que a distinguia das demais, porque as crianças, desde os pequenininhos da educação infantil, liam um livro por mês. Então, aquilo era um grande diferencial. E a leitura não era tarefa do professor de Português, a leitura era tarefa da escola. Então, todos os professores se assumiam como professores da leitura, como professores responsáveis por trabalhar a leitura. Isso produziu uma escola que se organizava em função de projetos pedagógicos, que tinham essa faceta integradora de professores.

Quando a Thereza assume a secretaria de educação, esse era o molde central da fala dela. Ela assume assim: “se eu conseguir fazer alguma coisa no sentido de produzir uma ação política que favoreça o acesso e a generalização da prática da leitura, já estou satisfeita, não preciso de fazer mais nada”. É com esse movimento que a gente entra, a Thereza, eu e a Eleuza. Esse é o cenário particular, a circunstância local.

Esse cenário local se casa com outro cenário nacional, que envolve a coincidência com o processo de *impeachment* de Collor. É quando Itamar Franco

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

assume a presidência e também toma uma decisão muito interessante ao entregar o Ministério da Educação para uma pessoa em quem ele tinha absoluta confiança, de caráter pessoal, que é o professor Murilo Hingel. Era um Ministro que pouca gente, além do cenário local, conhecia. Ninguém sabia quem era aquele homem, ele não tinha uma projeção nacional, não tinha essa trajetória como sujeito de política partidária. O Murilo Hingel institui naquele momento um movimento que foi muito rico para a Educação brasileira, que foi o movimento de Construção do Plano decenal de Educação para Todos. A composição do plano decenal envolveu um chamamento, uma proposta de composição que convocou a sociedade civil. Pelo menos na minha trajetória profissional, aquele foi o primeiro momento em que eu experimentei isso como profissional: uma política pública proposta a partir da convocação da sociedade em seus múltiplos sujeitos, com um efeito para além da discussão de planos políticos circunstanciais, mas de planos que tivessem em sua elaboração a projeção de ações que fossem, no mínimo, decenais. Era um plano, então, que trazia um componente essencial no processo de democratização da sociedade: a presença da comunidade escolar evocada para pensar traços de continuidade no planejamento. Era uma convocação, que chamava as pessoas no seguinte sentido: como é que você projeta para a Educação pública nacional e que metas você vai estabelecer do ponto de vista de uma política pública que tenha desdobramentos para no mínimo uma década?" Era uma preocupação no sentido de interditar essas interrupções, que nascem derivadas da transitoriedade dos poderes estabelecidos. E aí, ele assume essa convocação da população, para se organizar em torno da questão da perspectiva de um planejamento posto como uma demanda produzida pelas resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Eu não vou entrar no mérito das inter-relações internacionais e é lógico que eu compreendo que isso está colocado no contexto de inserção da Educação Nacional num cenário de formatação de políticas neoliberais para a Educação. Tem tudo isso, mas o fato é que aquela convocação gera algo novo na escola e nas redes de ensino, ela gera esse movimento de participação, que é muito positivo.

Junto com isso, o MEC lança projetos, coloca à disposição das Prefeituras dinheiro, que tinha a chance de ser utilizado nesses projetos de envergadura decenal. Era talvez, no contexto da Nova República, a primeira política realmente

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

voltada à valorização de quem está na ponta do processo, as Prefeituras Municipais. Então, o que passa a ser a minha ação? Eu passo a estudar tudo envolvendo esses projetos, a entender toda a dinâmica que estava por detrás da proposição, prestação de contas, execução: desde a execução no âmbito do planejamento orçamentário e o lançamento das rubricas até a execução financeira, as implicações jurídicas e a prestação de contas. Então, eu era a pessoa na Prefeitura que sabia fazer todo processo, porque eu mergulhei para entender como é que se fazia aquilo. É nesse contexto que os Cadernos nascem. Acho bacana recuperar qual é o contexto macro do cenário que eles aparecem, vinculados em primeiro lugar a uma medida que envolvia a concepção de uma estratégia que pudesse garantir o acesso à leitura na rede pública. E aí, o que a gente pensa: qual é a grande estratégia que será nossa aposta? A grande estratégia– que a gente leva meses refletindo sobre como fazer, porque não adiantava ter numa estrutura localizada em escolas, pois como era uma rede municipal, que na época tinha cerca de 140 escolas (hoje reduziu um pouco mais, tinha muitas escolas pequenas na zona rural, então hoje temos em torno de 100 escolas, mas naquela época chegou a ter 140 escolas) – foi produzir uma ação em escala para atingir toda a rede. Não adiantava você, ao comprar livros para a rede, comprar um livro por escola. Um livro por escola não serve para nada, professor não faz nada com aquilo, só quem não é professor é que tem ação nesta direção. Para trabalhar leitura, você tem que ter no mínimo 40 livros, no mínimo um livro por criança. Mas não havia, em termos de escala, recursos financeiros que possibilitassem 40 livros por escola, multiplicando-se isso por 140 escolas. A prefeitura nunca teve um orçamento capaz de fazer isso e, mesmos nos projetos que se abriam por parte do governo federal, não havia cifra de custeio que permitisse alguma coisa nessa direção.

Então, surge a ideia de se montar o que a gente batizou como Central Distribuidora de Livros. Foi uma das coisas mais legais e mais acertadas, se eu tivesse que eleger das cinco coisas na minha vida que eu fiz e que deram muito certo e que eu tenho orgulho de ter participado delas, foi essa Central Distribuidora de Livros. Porque é só assim que a leitura se faz, se não for assim, a leitura não acontece. Com essa invenção, eu fui estudar o mecanismo jurídico para pensar uma compra centralizada. Isso foi uma coisa inclusive que quando eu fui coordenadora do PPGE quinze anos mais tarde, por exemplo, eu cansei de propor isso para o

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

setor de compras da UFJF. Livro enquadra no requisito jurídico de inexigibilidade da licitação. Você não precisa licitar porque o autor da obra tem *copyright*. Só a editora tem o direito autoral sobre aquele livro; então se você faz compra direta, não precisa licitar. Eu fui estudar a legislação. Conversei dias, meses com o setor jurídico para destrinchar essa legislação, até o ponto em que o setor jurídico falou assim: "pode comprar direto da editora". Quando a gente teve *ok*, quando você compra direto da editora, ela te dá 50% de desconto e o dinheiro que poderia comprar um número definido de livros rende o dobro. Isso porque a gente comprava em escala, e estou insistindo nessa história, apesar de ela ser paralela aos Cadernos, mas ela está vinculada a um nascedouro dos Cadernos, porque é também nesse movimento que os Cadernos saem.

O caderno azul nasce exatamente para demarcar o contexto de inauguração da Central de Livros. Antes do Caderno Azul existe o que chamamos de um "caderno zero", que vale a pena explicar. Existem eventos que quando a gente pensa "25 anos", parece muito tempo, mas sob o ponto de vista da história é um tempo curtíssimo. Do ponto de vista da vida pessoal, é aí perto de um terço da vida da pessoa, mas do ponto de vista histórico é um grãozinho de areia. Mas nesse grãozinho de areia, as transformações de base tecnológica que permitiram o acesso à informação, por exemplo, foram estrondosas. Em 1993, o computador pessoal não era um objeto generalizado, não existia internet. Ela estava começando a se esboçar, ninguém sabia o que era aquilo para você ter acesso a uma informação. Você tinha que ir a uma biblioteca, onde tinha um livro, pegar o livro, tinha essa demanda da materialidade, o que para o professor, produzia um objeto de trabalho muito maior. É nesse contexto que o "caderninho zero" surge. Num determinado contexto começou a chegar uma demanda da Secretaria: um monte de gente pedindo material sobre História de Juiz de Fora e a gente se reuniu com pessoas para levantar materiais que pudessem fazer aquele compilado, mas foi resposta a uma demanda momentânea.

O que se deu no contexto de montagem da Central Distribuidora de Livros, foi diferente. O processo de compra foi super cuidadoso, porque os editores ficaram loucos. Eu me lembro de um determinado editor que chegou a certa ocasião com três caixas de livros de quinta categoria na Secretaria. Eram livros horrorosos. Sabe aquela leitura infantil que é papel desenhadinho? Não eram nada, aquilo não é

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

literatura. O cara voltou e quis saber “quantos a senhora vai comprar?” Eu falei: “nenhum”. “Como assim nenhum?”. “Nenhum, eles não enquadram dentro do parâmetro de compra nem de qualidade, rigor... de acordo com os temas”, com o padrão de Literatura Infantil que a gente estava buscando. O cara saiu revoltado, ele atirou para tudo quanto é lado, nos ofendendo horrores, tinha tudo isso. Era um trabalho super delicado, montado de partida com acervo, que eu não me lembro muito bem, mas era um acervo gigantesco para época, eram mais de 200 títulos de saída de Literatura Infantil e infantojuvenil, paradidáticos comprados das melhores Editoras. Eram livros de muita qualidade, bonitos, sedutores, do jeito que tem que ser para a criança e para o jovem da escola pública. Então, aquele caderninho zero tinha dado para gente a seguinte questão: isso tem que vir junto com uma ação que favoreça o acesso do professor não só às coisas que ele está buscando, mas favoreça a disseminação de experiências de professores da rede, de construção de práticas.

Desde então, a gente tinha uma clareza que vale para mim até hoje: a rede municipal tem um poder de inovação gigantesco. Na rede municipal, substantivamente, é onde você tem inovação escolar. Os professores têm muitas experiências maravilhosas para serem contadas. E eles não tinham um veículo para essa visibilidade das experiências em curso. Aí se casam então as duas coisas: junto com a central distribuidora de livros surge a ideia de transformar aquele papelzinho rosa lá de trás, que era um rascunho, um caderno zero, em algo que fosse perene, em algo que tivesse a característica de permitir a emergência e visibilidade de experiências dos professores da rede, mas que também tivesse esse elemento da reflexividade. Tanto que no primeiro caderno, por exemplo, o que dispara o projeto da Central Distribuidora de Livros, eu chamo a Margarida Salomão para fazer o texto de abertura. Ela faz, compra a ideia também, acha muito legal aquilo. Essa é a origem, que tem uma complexidade enorme nessa história.

Se por um lado, quando eu começo dizendo para você que era muito legal ver algo que produziu uma relação de continuidade, é porque na verdade, recentemente eu soube– eu não sabia na época –como se deu o fim da Central de Livros, que continuaria sendo uma estratégia. Quando eu saí da Prefeitura a gente pensava, por exemplo, que já tinha desenhado um projeto para o FNDE, porque tudo isso é financiado pelo o FNDE, que aprova todos os projetos integralmente e sem

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

corte. E são projetos que vão ser super bem avaliados. Nos processos, eles são comunicados em eventos do FNDE. A gente já tinha conseguido avançar muito na questão da distribuição dos livros a certa altura. Eu me lembro que, entre os motoristas, tinham um senhor que era o chefe da garagem da Secretaria de Educação – isso que é o maravilhoso da história; quer dizer, quando o Paulo Freire fala que é essencial você alfabetizar um adulto, o efeito disseminador daquele ato para quem está em volta desse adulto que se alfabetiza, a gente viu isso acontecer lá na secretaria – um senhor que era o chefe da garagem, eu não me lembro o nome dele, ele se entusiasmou completamente com aquela ideia... ele achou aquilo uma beleza, aquilo vira um motivo de atração. As pessoas vão até a secretaria para olhar. E aí, ele começa assim: “eu vou dar um jeito de botar esses livros nos carros, porque aqui quando tiver um carro para zona rural, vai um carro e ele passa distribuindo os livros todos”. O motorista surge com essa ideia, porque ele se vê envolvido naquela estratégia de expandir, de permitir o acesso àquele acervo que era maravilhoso.

Eu me lembro que a gente comprou todo o acervo da Companhia das Letrinhas, todo o acervo da Formato. Tinha acervo de altíssima qualidade, e uma experiência dessas poderia ter continuado. Hoje em dia, mesmo com celular, com *smartphone*, com internet, a materialidade do livro, no caso da literatura, da literatura infatojuvenil, e mesmo da literatura dos adultos, ela continua se fazendo. Eu absolutamente concordo com Umberto Eco: “não contem com o fim do livro”. Eu não acho que ele vá acabar. Aquela experiência não precisava ser destruída, porque ela funcionava muito bem. O índice de perda era desprezível. Mas se decidiu acabar com aquilo e eu soube por pessoas que pegaram o restolho. Eu fiquei tristíssima quando soube como aconteceu. Foi assim, anunciaram: “Vamos acabar, quem quiser vem aqui e pega, o que sobrar a gente vai jogar fora”. Eu conheço diretores de escola que foram lá, encheram o carro de livros e levaram para suas escolas. Mas aí perdeu o sentido de algo que era público, para o público, para o coletivo, para uma rede. Eu estou insistindo nessa história porque ela ajuda a gente a pensar o contraponto de algo que se perpetua, não é? De algo que guarda essa relação de continuidade e, ao guardar essa relação, se renova: isso que é o bacana.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Quando você me fala assim[3] "A revista nasce como Cadernos para o professor e se deslocou para Cadernos do professor": não só faz todo sentido, mas é algo que também é revelador da própria construção desses marcadores de sentido que se dão ao longo do tempo. Então, eu acho muito legal a gente conseguir visualizar, nesse momento de balanço, essa história completa, casada na articulação das duas facetas. Pensar que enquanto uma se perdeu– e a história da Central de Livros não precisava ter sido perdida, podia ter sido incrementada–a outra se perpetuou. É um alento e uma felicidade.

2) Quem que fazia parte dessa equipe dos "Cadernos" especificamente neste início? Um primeiro volume foi impresso (ainda "batido à máquina"); depois, veio um volume de capa azul; em seguida, um verde.

Sonia Miranda - Sempre a Thereza estava por trás das formulações e das tomadas de decisões. Ela nunca foi uma secretária de educação burocrata. O caderno verde foi sobre a história de Juiz de Fora. Ele foi relançado, recopidescado recentemente pela FUNALFA, numa edição, inclusive, super bacana. A FUNALFA dá uma outra cara para aquilo. Ela faz menção de que está se apropriando daquele caderno verde e reatualiza essas informações sobre a história de Juiz de Fora, há alguns anos atrás. Basicamente, eu, a Thereza e a Eleuza definíamos o que era o perfil temático de cada caderno. Ao definir o perfil temático, normalmente eu ia a campo para essa produção.

3) Como se divulgavam as chamadas? Era um convite?

Sonia Miranda - Era um convite, era pessoal; a gente ia falando: "queremos fazer um caderno sobre tal coisa. Vamos ver quem é o professor que trabalha com isso?" Na reunião de diretores, a gente perguntava: "quem tem casos legais para contar?". Era muito pessoalizada essa relação, porque era o movimento do ouvir e do contar. A narrativa tinha um papel fundamental. No caso do caderno verde, a gente convida o Newton Barbosa de Castro, que era um professor do Departamento História, que tinha um acervo muito grande de coisas sobre Juiz de Fora. E o Adson Luiz Vargas,

[3] A professora refere-se ao comentário da entrevistadora, sobre a mudança de Cadernos "para" o professor para Cadernos "do" professor, feito antes da entrevista.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

que era professor de História de escolas, que tinha um trato didático com questões da memória da cidade. E quando a gente convida essas duas pessoas para trabalhar nessa formulação dos Cadernos do professor, cada caderno vai tendo um *script* próprio. Num determinado momento, a gente convida para atuar na central distribuidora a Lúcia Elena da Silva. Ela era uma moça que tinha sofrido um acidente grave, tinha sido atropelada; quase morreu, teve o corpo dilacerado e estava naquela volta sem lugar e com fragilidade de saúde grave. Mas ela se mostra uma pessoa tipo "pau para toda obra": ela topava tudo. Eu viro para a Thereza e falo assim: "Thereza, eu não conheço essa moça, mas eu senti maior firmeza nela, eu acho que podia botar ela nesse trabalho da "Central Distribuidora de Livros". E ali ela fica anos, dá o corpo e a alma para aquilo e passa a entrar nas engrenagens, a entrar no movimento dos cadernos. Ela geriu a central durante muito tempo, com o coração e mente. Inclusive essa questão de construir a relação de empréstimo e devolução era uma coisa delicada, porque tinha o perigo da perda. O grande barato da história é que aquilo que é compreendido como efetivamente público e coletivo para o povo, não tem perda. As perdas da central eram desprezíveis. Desprezíveis!!! E o fato é que aquilo começa a gerar muita informação. Os professores chegam lá, sentam e começam a contar: "eu fiz isso assim e assim, assim e assim" E isso começa a gerar um movimento: o Caderno é um par casado com a Central de Livros.Ele nasce da experiência; ele possibilita e engendra a experiência.

4) Ao longo desses anos seguintes, depois desses três primeiros cadernos, que foram, digamos, inaugurais,quais foram as dificuldades depois para mantê-los ao longo dos anos seguintes?

Sonia Miranda: Essa história eu já não tenho, porque foi o momento que eu saí da Prefeitura. Eu acompanhei esses daí que você me mostrou. No início, todos eles foram financiados com recursos do FNDE. Eles eram derivados de projetos: a gente fazia projetos para conseguir ter recurso. É bem verdade que eles não custavam caro. Do ponto de vista da política pública, é um investimento muito barato. Eles não representam um custo grande, até porque a produção deles era muito simples: não tinham grande sofisticação, o formato A4 que na época barateava. Então, no início a finalidade não era acadêmica, não era de produzir uma obra com ISSN... Ele tinha a outra finalidade, que era dar visibilidade para as experiências bem-sucedidas em

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

curso na rede. Esse é o nascedouro. Eu compreendo que, talvez, o desdobramento dele tenha passado por decisões que aprimoraram o foco, que trouxeram esse componente que acompanha também a própria história do magistério. A prefeitura de Juiz de Fora tem um plano de carreira que valoriza o mestrado, que valoriza o doutorado. Isso cria, na própria rede, em função das pessoas que estão no seu percurso de formação, uma demanda de qualificação acadêmica; e esse vira mais um veículo. Mas, com o crescimento da pós-graduação, no nosso caso de rede municipal, ele também é recente, porque ele coincide com o crescimento da pós-graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora, que se dá depois de 1995.

Tânia Magalhães: É. Ele ganha ISSN em 2003, dez anos depois.

Sonia Miranda: Pois é. O PPGE nasce em 1995 e é reconhecido em 1999. Então, ele passa a ter uma ação, um funcionamento permitido e autorizado a partir de 1999. Em 2003, você entra naquela franja temporal de efeito, por exemplo, dos primeiros professores que buscam o PPGE e se titulam, assim como em outras pós-graduações na universidade. Presumo que a história da pós-graduação do Programa de Teoria Literária deve ser mais ou menos equivalente ao PPGE. O professor da rede que precisa do seu emprego para se formar precisa desse braço singular da Universidade e busca aqui caminhos para se titular como Mestre ou Doutor. É um ou outro caso que vai para o Rio de Janeiro ou que vai para Belo Horizonte. Quero dizer que as pessoas precisam da universidade e de suas produções acadêmicas. Isso significa, então, que essa história se conecta com uma ou outra, que é a história da Pós-graduação na UFJF e as suas reverberações.

Tânia Magalhães: Hoje ele já tem o Qualis da CAPES, “B2” em Ensino.
Sonia Miranda: Olha, que bacana!
Tânia Magalhães: E hoje tem artigos de professores de todas as regiões. Ele teve uma grande divulgação, pois a internet possibilitou isso.

Sonia Miranda: É verdade. Mas ao mesmo tempo ele se descola em relação sua função original. Ele cresce por um lado, mas ele perde sua função original, que era ser esse veículo de expansão, de amplificação, dessa visibilidade da rede, dos

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

professores da rede, um veículo de produção de conhecimento, divulgação e que desse visibilidade a esse lugar de criação.

5) Em relação à repercussão dos cadernos para as pessoas: vocês têm algum registro dos impactos dessa leitura, dessas histórias e dessas experiências para os professores da rede?

Sonia Miranda - Na época, a gente acompanhou o que nos chegava. Voltando ao tema da reverberação disso, um terceiro braço surge nesse grande contexto que conectou a criação dos Cadernos e da Central Distribuidora de Livros, sobre o qual a gente recebe muitas narrativas até hoje: o nascedouro simultâneo da ideia e formato das Jornadas Municipais de Educação, que eram eventos estratosféricos. Elas eram uma semana acadêmica da rede e para a rede municipal. Um evento que parava as escolas e onde os professores podiam ter um tempo para pensar seu próprio estudo atravessado pela dinâmica da própria rede. Grandes figuras eram convidadas para fazer conferências de abertura: Madalena Freire, Magda Soares, Jussara Hoffmann... eram grandes eventos. A abertura era sempre no Central e as jornadas aconteciam nos Caíques (ou no Caic Linhares ou no Caic Núbia). A rede paralisava, porque não se apostava só na ideia do cursinho temático aberto. Apostava-se no evento. Tanto eu quanto a Eleuza, que éramos acadêmicas, como a Thereza, que era oriunda do espaço da escola (mas que tinha experiência abissal–maior do que a de todos nós – com a questão dos movimentos sociais, porque ela trazia uma trajetória de pertencimento aos movimentos sociais), tínhamos clareza de que o importante da jornada não eram os cursinhos. É óbvio que precisava ter um atrativo, cursos que permitissem a ida das pessoas àquele evento, mas a ideia da Jornada era permitir o evento de encontro da rede. As Jornadas tinham uma logística gigantesca. A rede era muito menor, tinha em torno de dois mil professores na época; depois, ela se multiplica em função da questão das quinze horas, do tal “dia de folga do professor”, que não nasce assim mas vira isso. Mas na época a rede tinha um pouco mais de dois mil professores, então era um evento pensado para dois mil professores, com toda estrutura, lanche, almoço, vale-transporte, tudo o professor recebia. Eu me lembro da Thereza dizendo: “não pode nada dar errado, tem que estar tudo bem cuidado, tem que ter zelo, atenção nas mínimas coisas, porque o professor tem que sentir nesses eventos um espaço de acolhimento”. As

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Jornadas algumas vezes foram momentos de distribuição dos Cadernos, de conversas sobre os Cadernos. Eram momentos em que a gente conseguia conversar e via as reações das pessoas que, normalmente, pelo menos as que me chegaram, nunca forma reações no sentido de dizer “que bobagem”. Foram sempre reações de positivação da experiência, de “que legal”, “vou me preparar para escrever”, “vou investir nisso”. Eu não me lembro de nunca ter tido uma abordagem que fosse descaracterizadora ou desqualificadora daquela experiência. Até porque a ambiência daquelas Jornadas dava essa tônica de um evento cuidado, de algo que fazia sentido para as pessoas. E o fato é que aquilo produziu uma memória importante... Outro dia eu estava na padaria, uma pessoa parou e falou: “Nossa, eu me lembro de você das Jornadas, que saudade que a gente tem das Jornadas”. Isso acontece sempre comigo. A Thereza sempre conta histórias assim. É lógico que uma política de formação continuada não pode ser só isso,mas isso tem um papel, aquele evento sensibilizava as pessoas, era um acontecimento, com muita energia. E isso fazia diferença.

6) Em relação a esse potencial da experiência, Sonia,você acha que os “Cadernos”têm esse potencial para divulgar as experiências? Hoje eles têm um tom mais acadêmico. Tem os artigos científicos, que também têm seu lugar. Como é que você vê os Cadernos hoje, 25 anos depois?

Sonia Miranda - Têm com certeza. Talvez fosse muito interessante tentar buscar um certo hibridismo na formulação do Caderno. Eu participo do conselho editorial de uma revista, da ANPUH. A Associação Nacional de História tem duas revistas: a Revista Brasileira de História e a História Hoje. Eu sou do conselho editorial da História Hoje, que tem uma composição muito interessante, porque ela tem artigos acadêmicos, uma parte que chama E-história (que normalmente discute a questão da tecnologia, internet, web), e ela tem uma parte que discute a sala de aula, com uma perspectiva totalmente aberta. Ela tem uma perspectiva de acolher entrevistas, relatos, relatos de experiência, trabalhos de alunos, cabe tudo nela. Essa partição da revista talvez pudesse possibilitar o reencontro com esse elemento que está na raiz dos Cadernos:a visibilidade da experiência dos professores da rede municipal, sem que isso significasse a perda da característica que qualificou o Caderno e suplantou a endogenia, permitindo a qualificação acadêmica da revista, o que não deixa de ter

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

algo que é lamentável no interior da loucura da avaliação sob a lógica da CAPES.Há pouco tempo, eu fui convidada para participar de um evento de Pesquisa em Ensino de História,eu fiz uma cartografia dos grupos do ensino de história no Brasil. Quando você faz a cartografia e põe tudo no mapa, fica claro aquilo que a avaliação da CAPES nunca entendeu: berra na sua frente no mapa o fato de que as universidades têm pesos regionais diferentes. Os grupos de pesquisa da UNICAMP se enraízam para o Brasil inteiro. Mas quem está em Minas Gerais encontra um tipo de concentração que é regional, então o peso daquela universidade que é regional não pode ser medido tendo o impacto nacional como parâmetro. Isso não significa pensar em falta de qualidade, pelo contrário, é a valorização daquela característica que é regional atribuindo uma qualidade socialmente referenciada para a Universidade. Então, se a gente volta à radicalidade dessa história, dessa origem, eu particularmente continuo achando que é muito relevante dar visibilidade para as experiências dos professores da rede municipal, isso valoriza o professor, isso fortalece, tem um sentido identitário, isso valoriza a rede. Talvez num esquema de partição da revista fosse possível ter uma parte de artigos e uma parte de relatos de experiências ou entrevistas ou artigos de divulgação científica, porque as revistas científicas são hoje qualificadas pelo CAPES também. Então você pode ter uma parte próxima daquilo que é o jornalismo de divulgação científica, de tal maneira que você entremeie textos diferentes nos Cadernos. Às vezes, você tem um professor que tem o perfil acadêmico, mas às vezes tem a professora que tem uma inventividade, uma construção maravilhosa, mas não tem essa prática acadêmica que permite escrever um texto em tom acadêmico. Essa professora merece tanta visibilidade quanto a outra, que é doutora e que sabe escrever um artigo.No meu ponto de vista, elas não têm relações assimétricas no ponto de vista de suas funções. Portanto, trago aqui uma opinião personalíssima: seria muito bacana se o Caderno conseguisse essa restituição de sentido. Eu não vi, não conheço os últimos formatos, nunca mais eu vi; então, não sei nem a cara do Caderno hoje.

Tânia Magalhães: Mudou bastante, mas tem relatos sim. Pode ser de autores de vários lugares, mas tem bastante autor daqui.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Sonia Miranda - Talvez alguma ação da editoria possa ter essa prospecção, para necessariamente a cada número garantir no mínimo um artigo de Juiz de Fora, de um professor da rede. São as correlações. Nós temos um volume enorme de professores mestres e doutores na rede que podem escrever. É preciso pegar essa lista e ir convidando, num trabalho de prospecção. Isso mantém os outros artigos, mas mantém inevitavelmente um sempre da casa. Isso não caracteriza endogenia e segue dando esse movimento de visibilidade à rede municipal que é, na verdade, o nascedouro e a raiz dos Cadernos**.**

7) Como universidade poderia se aproximar dos Cadernos?

Sonia Miranda - Como universidade, a gente vai encontrar formas muito plurais de possibilidades de relato, que esbarra na própria questão das formas diferenciadas, envolvendo processos de orientação. Se você pegar as teses que eu orientei, eu não tenho dúvidas de que você vai ver sentido em todas elas, vai entender o que elas dizem, mas você não vai encontrar um capítulo metodológico em nenhuma delas, porque eu não oriento dessa maneira, não trabalho a formulação de hipótese de trabalho, mas com a reflexão em torno de problemáticas de pesquisa que podem nascer de questões de prática ou de questões teóricas. Como universidade, a gente tem um quadro de possibilidades plurais de encontro e de reverberações desses relatos. Uma coisa que faz falta para a gente, enquanto universidade, é ter uma instância acima dos nossos grupos que efetivamente funcione para conectar pessoas que vêm de diferentes origens, de áreas de conhecimento, com a questão o saber escolar. Nesse sentido, se a gente conseguisse constituir, no âmbito da Faculdade, um grupo de pessoas que se dispusesse, cada uma numa faceta particular, a atuar nessa prospecção de sujeitos narradores, talvez algo novo e interessante. Eu vou começar um curso de formação, inclusive vou apresentar como projeto de extensão em função da Caixa Cidade para Professores[4] (que a gente pretende perenizar como um evento mensal). Esses sujeitos narradores podem vir a ser incentivados a narrar suas práticas com o próprio uso das redes sociais: a gente

[4] A professora refere-se, neste momento, a um projeto financiado pela FAPEMIG e CNPq que gerou uma Caixa Didática distribuída para Escolas da Rede Municipal mediante a participação em um curso de formação ocorrido no ano de 2017

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

pode criar grupos no Facebook que permitam essa construção, por exemplo. Isso depende de alguma medida de articulação, que possa passar pela Faculdade, para que professores nas suas áreas se comprometam com essa ação de geração de sujeitos, de prospecção, de fortalecimento de sujeitos narradores, para fazer emergir novos relatos.Teria que vincular os grupos. No meu grupo, por exemplo, eu tenho quatro professores da rede. Uma professora produziu um documentário que passou na Semana da Educação, Livre Serás[5].Ela fez um documentário na casa dela, numa construção doméstica. E é maravilhoso o documentário, emocionante, qualificado para participar de qualquer Festival de Cinema Nacional. No próximo mês, ela vem aqui na reunião do meu grupo com as professoras narradoras do documentário: são professoras negras, do Caic Núbia, do Santa Cruz. A gente vai assistir o documentário juntos e vai conversar com as professoras sobre o que aquilo acarretou na escola. Isso facilmente vira um texto, por exemplo, e seria muito relevante estar nos Cadernos.

8) Rememorar essas etapas de construção dos "Cadernos" te traz quais sentimentos?

Sonia Miranda -: É, foi muito legal, porque quando você falou assim: "aquilo se perde[6]" Como discuto memória, a gente tem uma compreensão de que o tempo corrói a memória, ele exerce um fator corrosivo. E o ato de rememorar, o ato de narrar é muito bacana, porque ele habilita a narrativa, segura o tempo e interdita esse fator de corrosão. Mas essa mesma narrativa é sempre atualizada, ela é sempre contemporânea. Quando eu conto a história inteira, hoje, eu olho afastada do tempo do acontecimento, daquele ano de 1993. Eu olho com o olhar de síntese sobre o que foi, especialmente num contexto tão nefasto, como esse que a gente está vivendo, de desmonte: hoje, a gente tem um governo ilegítimo, desmonte de tudo, de venda da Educação, que nos permitiu ter claro o que era exatamente a proposta da Base (BNCC). Depois da fusão da Króton com o Grupo Somos, lança-se a BNCC e Maria Helena Guimarães Castro diz "*bom, ok, tchau! Agora eu vou pra iniciativa privada*", ela vai com um gigantesco arsenal de informações privilegiadas.

[5] Professora Ana Paula Rangel, do Caic Núbia Magalhães Gomes.
[6] A professora referia-se a comentários feitos pela entrevistadora sobre necessidade de resgatar os sujeitos envolvidos na produção dos Cadernos.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Enfim, nesse contexto nefasto, restituir a memória de ações do passado que buscaram construir e não destruir nos abre janelas de esperança. Se as sociedades da passagem do século 19 para o século 20 viram a esperança no futuro, talvez a restituição de elos de esperança esteja na recomposição daquilo que se fez, de como se fez, de como foram as construções no passado. Porque, às vezes, ao olhar de novo como se deu uma determinada construção, aquilo abre portas ao lado das janelas e permite compor outras coisas. Então eu gostei muito porque quando você me convidou, eu pensei comigo mesma assim: *"bom, mas eu não posso contar, não faz sentido eu contar somente a história do caderno, porque ela é uma história conectada a várias outras. Ela tem um contexto de produção maior*..." Talvez eu tenha dito até na parte inicial muito mais coisas sobre aquilo que era o coração da história, que era como implantar na rede uma política de leitura, uma política que levasse o livro, a materialidade do livro para as casas. E que foi o que eu vi acontecer nos últimos cinco anos, especialmente no estabelecimento da política nacional do livro. Nos últimos dez anos, no estabelecimento que o Ministério da Educação fez sobre a liderança da SECADI, envolvendo a fixação de uma política nacional para o livro, que garantisse a compra e a distribuição de livros que chegassem às escolas, de modo a permitir a reflexão sobre as questões de gênero, de pertencimento étnico-racial, de inclusão, que são questões socialmente vivas. Mas essa problemática estava posta para nós lá, nos anos 90. E é incrível a gente pensar que essa problemática estava posta lá, e é fortalecida no âmbito do governo Lula e Dilma, como política nacional, e como ela foi simplesmente desmontada.

Tânia Magalhães: E o PNLD vira Programa Nacional de livros e materiais didáticos, em que não se tem mais a universidade... E teremos material apostilado...

Sonia Miranda: Entra tudo, não tem mais a premência de uma avaliação vinculada a critérios acadêmicos. Então, num contexto nefasto que a gente está vivendo, rememorar é abertura de formas de alento. O Paulo Freire falava de uma Pedagogia da Esperança, numa esperança do verbo esperançar. É isso, é uma esperança que pode se converter em verbo: produzir novas ações que levem pessoas a amplificar essa experiência e especialmente fortalecer ações que possam favorecer de novo essa consciência acerca do valor e da qualidade da rede municipal de ensino de Juiz deFora.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA: OS 50 ANOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Iverson Geraldo da Silva[1]

Propor uma História “oficial”, de um órgão com as dimensões e a importância da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SE), é uma pretensão que não tenho no presente relato histórico. Falar dessa trajetória institucional é evocar memórias, afetivas e oficiais, e abordar políticas e práticas educacionais. Necessariamente, passa-se pelas experiências e gestões dos diversos secretários e secretárias que já assumiram a pasta em diferentes contextos políticos. Somam-se às memórias dos funcionários de carreira que transitaram ao longo deste tempo dentro da secretaria. Confunde-se com as histórias de cada Escola Municipal, ativa ou encerrada, em sua criação, recriação e consolidação enquanto modificadora da realidade social em que está inserida. A história da Secretaria também é marcada pelas lutas e reivindicações dos educadores que se conectam diretamente na sala de aula, no dia a dia, na execução das políticas estabelecidas. Refletindo na construção cidadã dialógica dos inúmeros alunos que já passaram pela rede neste período.

Desse modo, o texto a seguir apresenta alguns marcos na construção da Secretaria e de algumas políticas educacionais. Resultado de uma investigação, de média duração, da vasta documentação que compõe o acervo da Supervisão de Arquivo e Memória da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, essa proposição se faz, pois percebemos que há poucos estudos que buscam pensar a História da Educação em Juiz de Fora a partir da SE e sua documentação. Torna-se importante ressaltar que é uma leitura particular, que fala de um modo geral, de uma estrutura que possui características específicas e uma riqueza de documentação, porém com poucos estudos desenvolvidos sobre suas ações. Talvez, essa escolha resultará em uma visão limitada ao olhar dos leitores. Porém, pretende apresentar dados considerados importantes institucionalmente, querendo, ao mesmo tempo, atrair olhares críticos e interessados em aprofundá-los.

[1] Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Juiz de Fora, Supervisor de Arquivo e Memória da Secretaria de Educação.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Cinquentenário

Completar 50 anos de existência enquanto secretaria, na estrutura de uma prefeitura, demonstra o valor e a importância que um setor específico possui dentro de uma administração. Antes mesmo de encontrarmos fixados indicadores obrigatórios que justificassem a abertura de uma secretaria, já era possível perceber um movimento de se pensar a necessidade de expansão da educação básica e pública dentro dos municípios, seja pela necessidade de atender à demanda ou para facilitar a organização administrativa.

A Constituição de 1988, a "Constituição Cidadã", abriu para a necessidade de atendimento da demanda e expansão da oferta da educação pública, motivada pelo processo de redemocratização. A consolidação da Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996, apontava para a importância da construção de um "sistema municipal de ensino" (SARMENTO, 2005), que desde fins de 1970, Estados e União se organizavam nesse sentido de descentralização de atendimento, mesmo que mantendo a concentração de políticas e verbas. Para Juiz de Fora, tanto a necessidade quanto a demanda levaram, na década de 1960, à busca de uma ação para estruturar a educação no âmbito municipal.

A iniciativa ocorreu durante o governo do prefeito Itamar A. C. Franco (1967-1970), eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no contexto pós-1964. Foi a partir de uma reforma administrativa consolidada através da Lei n°3.077, de 21 de novembro de 1968, que a Prefeitura de Juiz de Fora passou a ter um setor com status de secretaria para cuidar da área de Educação e Cultura[2]. O Decreto nº 898, de 12 de maio de 1969, estabilizou e regulamentou a criação da Secretaria de Educação e Cultura. Com isso, a secretaria que foi criada surge como responsável pelo planejamento e execução de todas as atividades que envolvessem as duas áreas no município. Para gerir a pasta foi convidado o professor Murílio de Avellar Hingel[3]que na época era ligado a Universidade Federal de Juiz de Fora e ao MDB.

[2] Dados colhidos no site https://jflegis.pjf.mg.gov.br/indicam que desde a Lei 93 de 20/11/1948 a Educação fazia parte da Divisão de Educação e Cultura, que foi substituída apenas em 1968 pela Secretaria de Educação e Cultura.

[3] Nascido em 5 de abril de 1933 em Petrópolis/RJ, obteve formação e construiu sua carreira na educação em JF, onde foi diretor da Faculdade de Filosofia e de Letras (1964) e responsável pela criação do Colégio João XXIII e da Faculdade (1965). Após atuar na Secretaria de Educação e Cultura de Juiz de Fora, exerceu funções no Ministério de Educação, atuou também na Campanha

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Abaixo, o quadro 1 apresenta a sequência de prefeitos e respectivos secretários de educação entre 1967 e 2019.

QUADRO 1 Galeria de prefeitos e secretários

PREFEITOS	SECRETÁRIOS
Itamar Augusto Cautiero Franco [1967 a 1970]	Murílio de Avellar Hingel
Agostinho Pestana da Silva Neto [1970 a 1973]	Murílio de Avellar Hingel
Itamar A C Franco [1973 a 1974]	Nilo Ayupe/ Marcilio Marques Botti
Saulo Pinto Moreira [1975 a 1976]	Ruth Hargreaves Cardoso da Silva
Francisco A Mello Reis [1977 a 1982]	Maria Luiza Oliveira Moraes / Patria Soares de Oliveira Zambrano
Tarcísio Delgado [1983 a 1988]	José Eustáquio Romão / Plínio Cesar Mansur
Carlos Alberto Bejani [1989 a 1992]	Regina Célia Mancini
Custódio Mattos [1993 a 1996]	Thereza de Azevedo Leite / Eleuza Barboza
Tarcísio Delgado [1997 a 2004]	Diva Sarmento / Paulo Roberto Curvelo/Gisela Ventura
Carlos Alberto Bejani [2005 a 2008]	Regina Célia Mancini
José Eduardo Araújo [06/2008 a 12/2008]	Regina Célia Mancini
Custódio Mattos [2009 a 2012]	Eleuza Barboza
Bruno Siqueira [2013 a 2015]	Weverton Vilas Boas de Castro
Bruno Siqueira [2015 a 2018]	Denise Vieira Franco
Antônio Almas [Abril/2018 a ?]	Denise Vieira Franco

Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória (SAM)

Mesmo sendo um avanço, a nova secretaria surgiu com um grande desafio: tratar da educação municipal ao mesmo tempo em que administrava bens e políticas culturais, patrimoniais e esportivas. Pouco tempo após a criação da Secretaria de Educação e Cultura em Juiz de Fora, o Ministério da Educação, aprovou a Reforma da Educação Básica através da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que previa a transferência gradual do "1º Grau" para os municípios.

Havia naquele momento duas questões postas para serem resolvidas: a formação de uma mão de obra e a alfabetização da parcela adulta analfabeta da

Nacional de Escolas da Comunidade, tornou-se Ministro da Educação no Governo Itamar Franco (1993-1994) e Secretário Estadual de Educação de Minas Gerais (1999-2002)

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

população. Tentando resolver a segunda questão, o governo federal criou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) pelo Decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968. Por outro lado, para conseguir atingir a primeira questão, tentando promover uma "capacitação" da mão de obra e atender à crescente demanda apresentada pela intensificação do processo de industrialização, o governo militar do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) reestruturou o PIPMOI (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial)[4] que passou a ser chamado de Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)[5]

Seguindo a tendência da política educacional do período, MOBRAL e PIPMO foram os principais eixos que movimentaram a educação em Juiz de Fora. O Diário Mercantil, de 22 de Outubro de 1970, por exemplo, chega a citar a intenção do Mobral de fechar o ano com cerca de 2 mil pessoas alfabetizadas. Para 1972, a projeção era de alfabetizar cerca de 3 mil pessoas. No mesmo ano, 1972, 2.400 pessoas foram certificadas como alfabetizadas pelo Mobral[6] Em um total de 538 notícias cadastradas em nosso banco de dados do Diário Mercantil entre 1969 a 1979 encontramos um total de 178 notícias que reportam ações ou do Mobral ou do Grupo de Trabalhos Técnicos (GRUTEC)**.**

Para adequação do município às duas políticas proposta nacionalmente, em especial a educação profissionalizante, a Secretaria de Educação criou o GRUTEC com o objetivo de elaborar um programa destinado à criação de Cursos Técnicos de Pequena Duração, dirigido por Murílio Hingel, através do decreto nº 1.126 de 30 de abril de 1971, durante a administração do prefeito Agostinho Pestana. O grupo reunia representantes de alguns importantes setores da sociedade e com proposta de parcerias com instituições educacionais tradicionais em Juiz de Fora. Além disso, propôs uma política educacional complementar ao MOBRAL, especialmente, para os indivíduos na faixa etária de 14 a 30 anos. Desta forma, o GRUTEC ficou responsável por elaborar cursos de qualificação técnica de curta duração e promover a formação de parcela da população local em idade economicamente ativa. Entre 1972 a 1981, por exemplo, o GRUTEC ofereceu 432 cursos, atendendo

[4] Criado em dezembro de 1963, no governo de João Goulart (1961-1964).
[5] Através do Decreto 70.882 de 27/07/1972
[6] **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 1972, p. 1, 26 de Agosto de 1972

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

aproximadamente 9.130 alunos e formando 7.331 profissionais em diversas atividades. Abaixo, algumas fotos sobre o GRUTEC em Juiz de Fora

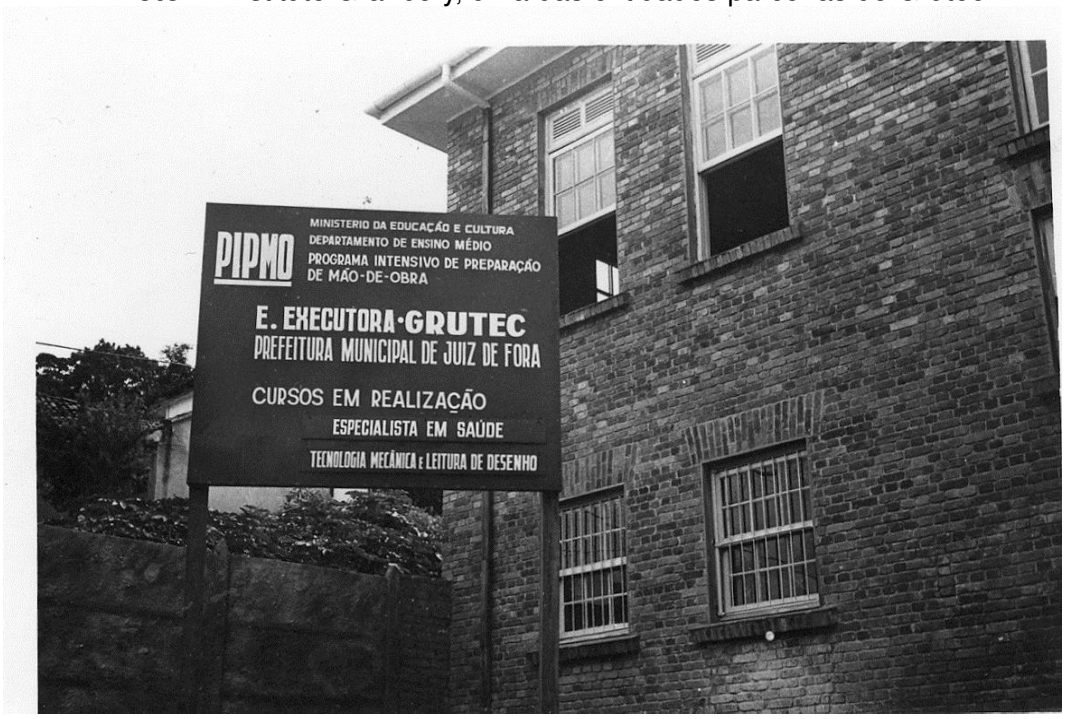
Foto 1: Murílio Hingel em cerimônia de assinatura de contrato do Grutec, 1974



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Foto 2: Instituto Granbery, uma das entidades parceiras do Grutec



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Foto 3: Curso de Datilografia. EC Áurea Bicalho, 1973.



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Foto 4: Curso de Fruticultor, Febem, 1973



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Nas décadas de 1970 e 1980, na rede municipal, havia o predomínio das escolas rurais. Este contexto refletia, na prática, dados já apontados pelos censos do período, que localizou uma população em transição da zona rural para a zona urbana, com pouca diferença numérica entre elas[7] A maior parte das escolas funcionava em fundos de fazendas, espaços às vezes cedidos pelo proprietário e tinha como objetivo promover a alfabetização da população que morava ao redor da fazenda e que prestava serviços na mesma. É possível perceber que as escolas ou salas cedidas funcionavam de maneira precária, improvisadas e com turmas multisseriadas. Mesmo assim, aqueles espaços eram uma das poucas formas em que o poder público se fazia presente na região rural (DALTROZO ILHA. 2018).

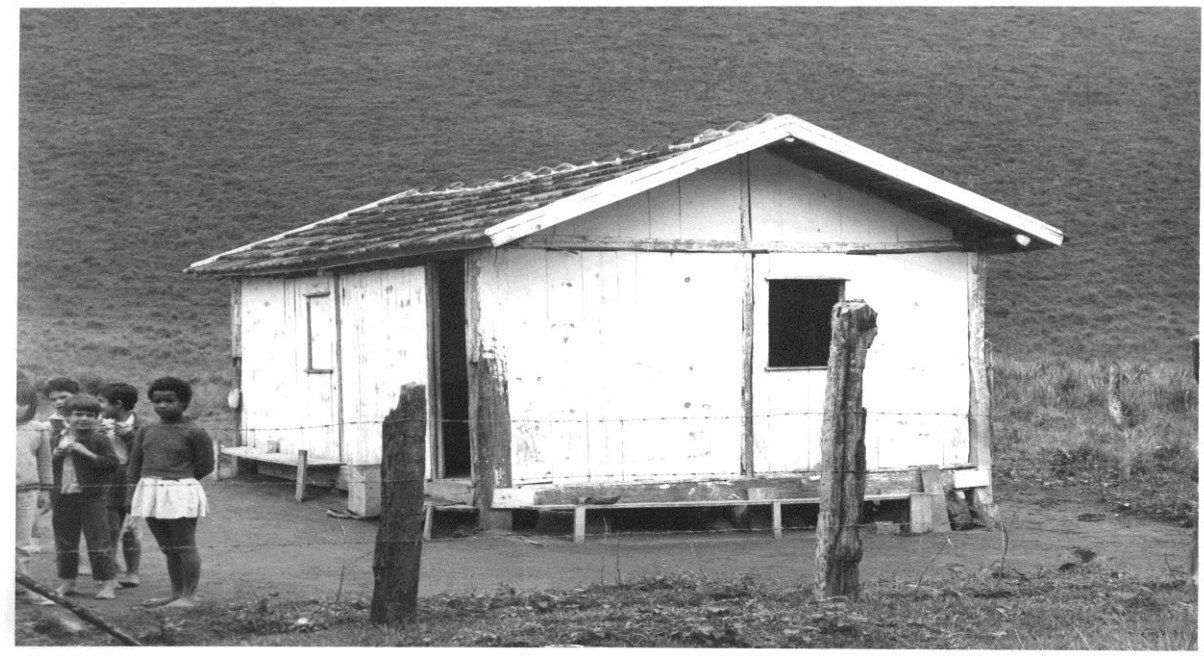
[7] Ver: Censo Demográfico de Minas Gerais de 1970, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t14_p1_mg.pdf. Para a década de 1980 há um maior distanciamento entre a concentração da população zona urbana em comparação a zona rural, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n16_mg.pdf

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Os relatos desse período contam que, além da precariedade citada, havia a extensa jornada de deslocamento das professoras. A ida para essas regiões nem sempre contava com apoio de um transporte coletivo, sendo citados casos de deslocamentos com apoio de "carros do leite", "transporte da secretaria até determinado ponto das estradas", "auxilio dos fazendeiros que cediam funcionários para buscar as professoras de cavalo" e, em outros casos, era necessário que a professora dormisse na localidade ou proximidade da escola rural. Essas dificuldades de locomoção levaram à criação, em 1972, do Decreto nº 1.234 de 04 de maio de 1972, que previa adicional de "gratificação para professoras municipais regidas pela CLT com exercício na zona rural". Tal iniciativa foi uma tentativa de tornar mais atraente ser professora nessas regiões[8].

Nas fotos abaixo, pode-se perceber um pouco sobre as estruturas físicas das escolas rurais: como a parede adaptada por um pano e o quadro apoiado em uma cerca de bambus na foto 8 ou a sala construída no meio da fazenda como nas fotos 5, 6 e 7.

Foto 5 - Escola Municipal N. Srª das Graças.



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

[8] A gratificação era de 10% sobre o salário da época, posteriormente em 1977 o percentual foi ampliado para 15%, 20% e 30% de acordo com a formação e faixa de ensino que a professora trabalhava através do Decreto nº 01.879 de 03 de junho de 1977.

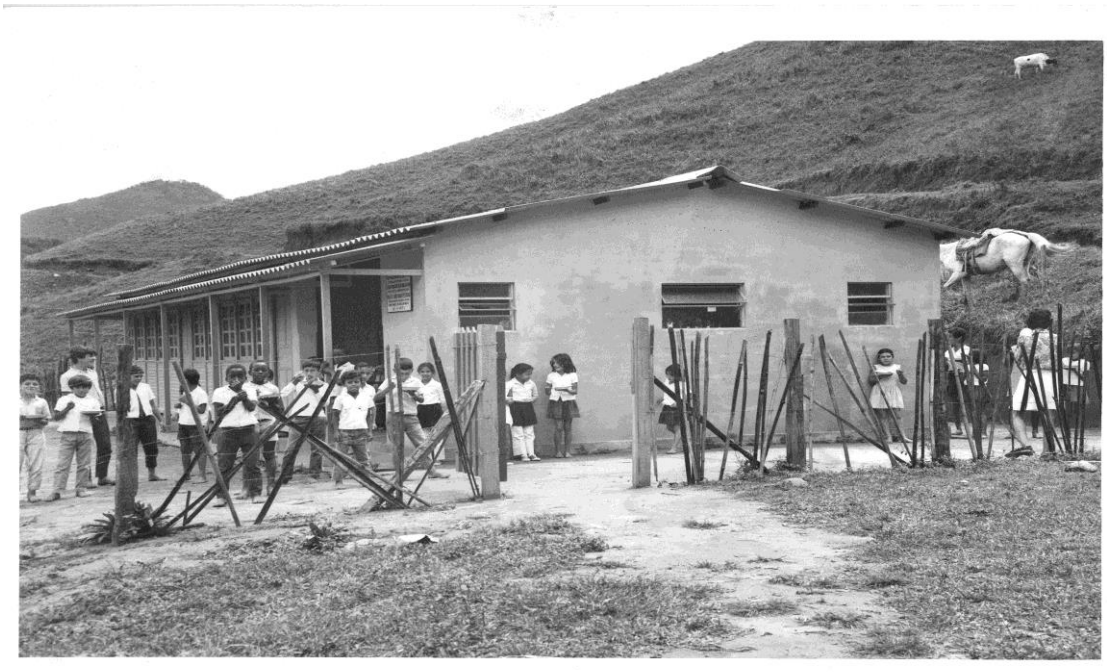
Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Foto 6- E. M. de Pires/Fazenda dos Pires - Torreões



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Foto 7 - Caeté/cômodo anexo à escola



Fonte: Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Foto 8 - Escola Rural do Palmital



Fonte: Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Mudanças: Estrutura e Sedes

Após três anos de sua criação, em 1972, ocorreu a primeira mudança na estrutura administrativa da Secretaria de Educação, um novo decreto ampliou o número de sessões internas e nos 50 anos de sua existência foram, pelo menos, onze documentos que promoveram uma reestruturação no organograma da Secretaria de Educação, como observamos no quadro 2.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

QUADRO 2: Decretos e resoluções de estruturação da SE (1969-2019)

DECRETOS E RESOLUÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DA SE (1969-2019)
DECRETO N.º 898 - de 12 de maio de 1969
DECRETO N.º 1.243 - de 12 de junho de 1972
DECRETO N.º 1.833 - de 21 de janeiro de 1977
DECRETO N.º 1.964 - de 29 de dezembro de 1977
DECRETO - Nº 3168 - de 18 de dezembro de 1984
DECRETO Nº 4078 - de 07 de dezembro de 1988
DECRETO N.º 7254 - de 04 de janeiro de 2002
DECRETO N.º 8591 – de 08 de julho de 2005
RESOLUÇÃO Nº 013-SE – 11/04/2006
RESOLUÇÃO Nº 085 - SE – 12/05/2014
RESOLUÇÃO Nº 00133 – SE – 31/07/2019

Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Ainda na década de 1970, a Prefeitura de Juiz de Fora criou uma pasta exclusiva para tratar da cultura municipal. Isso foi importante, pois as políticas culturais, como a administração de autarquias, que corresponde hoje à FUNALFA, ao Museu Mariano Procópio e à Biblioteca Municipal Murilo Mendes, foram separadas da Secretaria de Educação. Por outro, lado, a área de Esporte e Lazer foi incorporada efetivamente à Secretaria de Educação em dezembro de 1977, através do Decreto nº 1.964/77, com a criação do Departamento de Esportes que tornava função da SE o cuidado dos parques infantis e das praças de esportes, além de estabelecer políticas de incentivo à prática de esportes. A área de Esportes ficou vinculada à Secretaria de Educação até 2009, quando foi criada uma secretaria específica para cuidar da administração de políticas públicas de fomento ao esporte em Juiz de Fora[9].

Outra importante alteração ocorreu no organograma em 2002, quando a Secretaria de Educação foi transformada em Gerência de Educação Básica (GEB), vinculada à Diretoria de Política Social[10], durante o governo de Tarcísio Delgado. A

[9] Criada pela Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008e regulamentada inicialmente pelo Decreto 9743 de 01 de Janeiro de 2009.

[10] A Diretoria de Política Social (DPS) foi criada a partir da reforma administrativa consolidada na Lei 10.000 de 08/05/2001 que extinguiu algumas Secretarias Municipais, entre elas a de Educação, que foram anexadas em macro Diretorias por área de proximidade. Neste caso a DPS respondia pelos setores que hoje correspondem as secretarias de Educação, de Esporte e Lazer, de Desenvolvimento

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Lei n.º 10.937, de 03 de junho de 2005, retomou o status de Secretaria de Educação para a antiga Gerência de Educação Básica.

Com relação à mudança de sedes, observa-se que, por falta de imóvel próprio, a SE transitou por alguns endereços. Assim, chegou a ocupar o imóvel nº 3.396 da Avenida Rio Branco (onde, atualmente, funciona a Casa de Cultura da UFJF); posteriormente, um antigo casarão na esquina da Rua Antônio Carlos com a Avenida Barão do Rio Branco. Funcionou ainda, na mesma avenida, no 8º andar do prédio onde hoje é a Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama). Foi na primeira metade da década de 1980, que a Secretaria de Educação mudou-se para o bairro Santa Terezinha, na Avenida Rui Barbosa nº 530, junto ao Centro de Apoio do Esporte Amador Professor Caetano Evangelista (Cesporte), local onde hoje funciona a Secretaria de Esporte e Lazer. A partir de 28 de junho de 2000, o endereço passou a ser na Avenida Getúlio Vargas, nº 200, na Praça Presidente Antônio Carlos - Espaço Mascarenhas, dividindo parte das antigas instalações da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas com outras repartições públicas[11]. A inauguração oficial ocorreu durante a gestão da Secretária Diva Chaves Sarmento.

Construções: Espaços de Aprendizado e Formação Continuada

A edificação de escolas é verificada desde o surgimento da Secretaria de Educação. Porém, a década de 1980 foi marcada por um número expressivo de construções, reformas e inaugurações de escolas. Neste sentido temos a criação de cerca 12 escolas de Educação Infantil (as chamadas EMEI's) e mais outras 57 escolas foram criadas ou reformadas dentro do programa "Pró Escola". Os números expressivos garantiram a Juiz de Fora um prêmio da Unesco por sua atuação na área da democratização da Educação. Para reforma e construção de escolas durante o governo de Tarcísio Delgado, por exemplo, foram realizadas parcerias

Social, na administração direta; estando ainda a Funalfa, Amac e Emcasa, da administração indireta, também ligadas a DPS.

[11] O Conjunto arquitetônico depois de uma longa disputa entre Governo Federal e Prefeitura Municipal foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal na década de 1980 e abriga hoje: o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas; a Biblioteca Municipal Murilo Mendes; a Secretaria Municipal de Educação; Centro de Formação do Professor; Centro de Educação do Menor e Mercado Municipal. O espaço ficou conhecido como "Centro de Convivência Espaço Mascarenhas", criada pela Lei N.º 9430 de 15 de janeiro de 1999 e regulamentado pelo Decreto Nº 6664 de 21 de março de 2000.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

entre o poder público, entidades privadas (empresas e comércios) e a população, através das Sociedades Pró-Melhoramento dos Bairros. Neste caso, com o fornecimento do material de construção a comunidade entrava com a força de trabalho para promover a reforma/construção, professores e alunos também eram envolvidos na ação. A foto 9 abaixo mostra algumas dessas ações.

Foto 9 - Mutirões ocorridos no período do governo do Prefeito Tarcísio Delgado



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Outro exemplo pode ser verificado nas fotos 10 e 11 em referência a inauguração das novas instalações da escola municipal do bairro Granjas da Betânia, em 1984. Antes conhecida como E. M. Antônio Bernardes Fraga recebeu o nome E. M. União da Betânia em menção direta do esforço empreendido pela comunidade para melhoria de suas instalações. Essa iniciativa esteve presente em vários bairros da cidade e tornou as inaugurações verdadeiros “eventos” sociais.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Foto 10 - Missa de inauguração da E. M. União da Betânia, 1984.



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Foto 11 - Banda e “procissão” na inauguração da E. M. União da Betânia, 1984.



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Além de escolas, outro importante instrumento de formação e capacitação de jovens foi criado ao longo da década de 1990. É o caso do Centro de Formação do Menor Dr. Geraldo Moutinho D'Assunção Moreira (CEGEM) inaugurado em 1990, incumbido de promover uma atenção especial às crianças em situação de rua. O Centro foi criado com as seguintes atribuições: atender a formação regular daquelas crianças que estavam matriculadas de acordo com sua idade/série; supletiva para aquelas que não conseguiam permanecer no ensino regular; cursos profissionalizantes para o mercado de trabalho e acompanhamento assistencial e médico dos menores assistidos[12].

Assim como houve uma preocupação com os espaços de aula dos matriculados na rede municipal, também ocorreu um esforço para criar instrumentos de formação continuada do magistério municipal. Foi com esse intuito que foi criado o Centro de Formação do Professor Professora Sofia de Alencar (CFP), em 1999, que se transformou em um importante promotor de qualificação, de capacitação e de formação continuada do magistério municipal[13].

Políticas Pedagógicas: Práticas Democráticas e Inclusivas

Responsável por gerir a pasta da educação durante o primeiro mandato de Tarcísio Delgado, José Eustáquio Romão promoveu um movimento de aproximação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora com o Grupo Vereda em sintonia com as propostas pedagógicas de Paulo Freire, quando do seu retorno do exílio[14]. Deste modo, se na década de 1970 observamos um movimento de organização da rede municipal de educação, a década de 1980 é marcada por esforços para a expansão da rede tanto em relação à oferta de vagas, como também na estruturação dos trabalhos.

Assim, um importante instrumento na regulamentação das atividades docentes, por exemplo, a Lei nº 6.490 de 12 de março de 1984, que instituiu o

[12] Para mais informações sobre a criação do CEM ver: Lei N.º 7.851 de 27 de dezembro de 1990; LEI N.º 8.180 de 16 de dezembro de 1992; e PORTARIA Nº 524/SE de 09/08/2007.
[13] Sobre a criação do Centro de Formação do Professor verificar: Decreto Nº 6548 de 26 de outubro de 1999; Lei Nº 11.038 de 09 de dezembro de 2005 e Decreto Nº 9482 de 18 de março de 2008. Para as atuais atribuições do CFP verificar a RESOLUÇÃO Nº 133 /SE de 31 de Julho de 2019.
[14] Vídeo comemorativo dos 45 anos da Secretaria de Educação. Sobre o grupo Vereda: http://forumeja.org.br/book/export/html/2945

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Plano de Carreira do Magistério, foi complementada pelo Decreto nº 3.040 de 10 de abril de 1984[15]. Construído para o enquadramento profissional dos servidores que nela atuavam, a lei foi promulgada e: tornou o magistério parte integrante dos quadros do funcionalismo público; estabeleceu e discriminou funções específicas para os integrantes do quadro do magistério; determinou regras de acesso à carreira; especificou a forma de remuneração para seus profissionais. Posteriormente, através da Lei nº 7.565 de 21 de julho de 1989 foi criada a possibilidade do servidor usufruir de uma Licença Remunerada para aperfeiçoamento profissional. Inovador na sua criação, o plano de carreira visava atender à expansão, mas foi também um reflexo das reivindicações exercidas pelos profissionais que atuavam na rede municipal.

Outro importante instrumento colocado em prática foi a adoção de escolha de Diretores e Vice-Diretores para as escolas através de processo eleitoral referendado pela comunidade escolar. A primeira eleição de diretores na rede municipal ocorreu em 1985, simbólico por ser o ano em que se consolidou o processo de reabertura política no Brasil depois de mais de vinte anos de Ditadura Militar. A adesão da comunidade escolar foi significativa, para as 43 escolas arroladas no edital daquele ano, mais da metade registrou um percentual de participação acima de 60%[16]. Essa participação torna-se fundamental uma vez que a comunidade escolar se percebe como responsável pelas ações democráticas dentro do espaço escolar. A opção de promover um processo democrático de escolha para direção consolidou-se na rede municipal e tem se mantido desde então[17].

Esse movimento acabou sendo fortalecido a partir da promulgação da nova constituição em 1988, que indicou a partir de então um processo educacional que

[15] Ver também: LEI N.º 7.565 - de 21 de julho de 1989 e Lei nº 8.710, de 31 de julho de 1995

[16] "Edital 01/1985 e Quadro demonstrativo de Eleição de Direção e Vice-direção". O processo de escolha de diretores não possui uma definição legal sobre, ficando a cargo de cada Município e Estado definir da forma que melhor entender seja: por indicação da autoridade pública; por concurso; escolha via lista tríplice; ou eleição. Ver: DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. p. 64 (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192)

[17] A título de exemplo podemos citar o Art. 19 da Lei N° 9212 de 27 de janeiro de 1998 em que ficou estabelecido: A nomeação do Diretor e do Vice-Diretor Escolar recairá em ocupantes de cargo ou emprego no magistério, vencedor de eleição direta.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

leve em conta uma "gestão democrática do ensino público, na forma da lei"[18]. Em 1996, da mesma forma, a gestão democrática também foi assegurada no art. 12 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Ainda na década de 1980, a rede municipal avançou na sua prática pedagógica. Importantes movimentos foram iniciados e permitiram a consolidação de algumas políticas. Diante da necessidade de adequar o ensino às necessidades das escolas de zona rural e aproximar da realidade dos alunos, a Secretaria Municipal de Educação, desde sua criação, contou com um setor específico para trabalhar diretamente com os professores que atendiam àquela realidade e promover uma capacitação própria para a realidade encontrada. Os Clubes Agrícolas e Centros de Treinamentos de Professores Rurais faziam parte da realidade e da prática desde 1946, com esforços de capacitar os profissionais que atendiam às zonas rurais[19]. Ambos permaneceram dentro da estrutura da Secretaria de Educação, mas passaram por reestruturação e elaboração de novas propostas, por exemplo, como a criação do "Projeto Educação para o Meio Rural" de 1984[20].

Também nesse mesmo período, ocorreu a proposição e o desenvolvimento de práticas que objetivavam uma educação inclusiva. No Brasil, a Constituição de 1988 tornou obrigatório o acesso à educação para pessoas portadoras de deficiência, sendo consolidada com a LDB em 1996. Entretanto, na rede municipal de Juiz de Fora já apareciam propostas que visavam à integração e ao atendimento educacional de crianças e jovens com deficiência. Em 1984, por exemplo, verificamos projetos como "Educação Especial" e o "Subprojeto Deficiente Visual" [21] estabelecendo parcerias e/ou centros de referência para atender alunos em uma educação inclusiva, propondo o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar e a adaptação de conteúdos às necessidades de cada aluno. Estas ações referendam a atuação, hoje, dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE´s).

[18] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. artigo 206 - inciso VI
[19] LEI Nº 168 de 23/08/1949
[20] SE/GABINETE/CX018, SE/GABINETE/CX153, SE/GABINETE/CX188
[21] Projetos localizados na documentação referente ao Gabinete dos Secretários de Educação: SE/GABINETE/CX188 e SE/GABINETE/CX001. Já em 1972 também encontramos notícia no Diário Mercantil que reportava um curso a ser oferecido para professores municipais para trabalharem com "excepcionais", Professores de excepcionais vão ter curso especializado. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 1972, p. 7, 30/31 de Janeiro de 1972

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

A década de 1990 foi de completa consolidação da Secretaria de Educação e de sua rede. Isso fica expresso no primeiro "plano decenal de educação" elaborado ainda em 1993, no governo Custódio Matos[22]. Os documentos apontam para um compromisso de expansão e investimento na educação, seguindo a linha projetada pelo plano nacional elaborado posteriormente pelo Ministério da Educação. Atualmente, o município contabiliza quatro documentos oficiais de planos firmados de forma conjunta com todos os integrantes da rede municipal de educação, da sociedade civil e outras instâncias da educação.

A elaboração dos planos levava esses atores sociais pensarem e repensarem a educação dentro do município. Buscava também criar metas para o acesso de todos em idade escolar ao ensino público, gratuito e de qualidade, permitindo criar estratégias de valorização do corpo docente que integrava sua rede. Além disso, estabeleceu metas de investimentos, fortaleceu a escola e a educação como espaços de transformação da realidade social e do processo educacional democrático. Esses itens são fundamentais, principalmente pós LDB que no art. 11, inciso V, determina que cabe aos municípios

> [...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996)

Várias ações surgiram para promover uma formação coletiva da rede, envolvendo tanto educadores quanto os seus educandos. A política de formação continuada foi ampliada com as "Jornadas de Educação Municipal". Com doze edições realizadas, estes eventos, promoviam uma interação entre as várias escolas da rede, entre os professores e alunos. Essas jornadas foram importantes momentos para a reflexão do papel da escola, do educador e da educação nas comunidades. Ao mesmo tempo, permitiu espaço para a exposição dos projetos culturais desenvolvidos na rede. Com intuito parecido e visando promover o acesso à cultura foi criado o FestLer através da Lei nº 11.009 de 11 de outubro de 2005. O evento disponibilizava uma verba de R$100,00, à época, para todos os servidores ativos do

[22] Plano Decenal Municipal de Educação, SE/GABINETE/CX181, SE/GABINETE/CX182, SE/GABINETE/CX184, SE/GABINETE/CX204

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

quadro do magistério para aquisição de livros durante o festival. Realizado em três edições trouxe nomes de destaque no cenário cultural nacional como a filósofa Márcia Ribeiro e o rapper Gabriel, o pensador.

Foto 12: FestLer



Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

O viés da arte é por sinal um marco das ações pedagógicas da rede municipal de ensino. Vários projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos e alguns ganharam destaque, se consolidando como políticas públicas de formação cidadã, como é o caso da: Mostra Estudantil de Arte e da Mostra Professor Também Faz Arte, que em 2019 completaram, respectivamente, 11ª e 15ª edições. Ações que geram visibilidade para a construção social a partir da cultura, permitindo a alunos e professores espaços para apresentarem suas produções e interpretações artísticas, mobilizam a rede para suas exibições. O sucesso dessas e mais outras seis ações resultaram no “Programa Arte/Educação da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora”, através do Decreto Nº 13.769 de 31 de outubro de 2019 determinou que o

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

"programa consiste no desenvolvimento de ações pedagógicas que têm a Arte e a Cultura como referência"[23].

A qualificação dos servidores do quadro do magistério também é algo que merece destaque. Como a LDB determina, a ampla maioria dos servidores do quadro do magistério já possui graduação. Na rede municipal há apenas 21 servidores, professores dos anos iniciais, com formação em nível médio, magistério; outros 1.964 servidores possuem no mínimo a graduação. Com a necessidade de adequação da formação e associação ao processo de expansão de cursos de graduação e pós-graduação nos últimos anos, muitos servidores conquistaram o acesso por formação[24], com a possibilidade de usufruir de uma licença remunerada e de melhorar sua remuneração através da gratificação por formação. Em levantamento feito entre o período de 26/09/2000 a 29/11/2019 encontramos a concessão de aproximadamente 1.973 adicionais por Especialização (20%); 624 adicionais por Mestrado (50%) e 117 adicionais por Doutorado (100%)[25]. Dados que sugerem uma alta qualificação teórica e metodológica dos professores que atuam na rede municipal de ensino.

Passado e Presente em números

Surgindo como uma grande secretaria em razão da sua área de atuação em 1969 (educação, cultura e esporte), a Secretaria de Educação em 2019 tornou-se maior em sua estrutura, em seus "subsetores". No quadro 3 podemos visualizar esse comparativo 1969 x 2019. Na atualidade, a SE possui 6 departamentos, cerca de 35 supervisões, 3 conselhos e uma Subsecretaria que tentam abarcar todos os desdobramentos que envolvem a Educação no âmbito municipal. Tratam tanto da

[23] Os outros projetos são: Literatudo; Dança da Escola no Calçadão; Encontro de Teatro das Escolas Municipais; Caravana de Histórias; Canto-coral; Roda de Conversa sobre Arte, Educação e Cultura e Galeria Escola.

[24] Informações fornecidas pela STGI/DPPI. Sobre acesso na carreira do magistério ver: Decreto Nº 4238 de 12 de dezembro de 1989 que "Estabelece normas para acesso do pessoal do magistério municipal" eDecreto Nº 5177 de 05 de dezembro de 1994 que "Regulamenta o acesso automático do pessoal do magistério".

[25] Informações extraídas da publicação nominal de adicionais de formação no site: https://jflegis.pjf.mg.gov.br/ . Importante lembrar que essas informações são baseadas nas listas nominais aprovadas pela comissão paritária e publicada no período informado, assim como que a soma dos adicionais possa corresponder ao número de efetivos que recebam adicionais por formação, por neste período: 1) já ter pessoas que aposentaram; 2) há a possibilidade de quem possui o adicional de formação, já ter solicitado outro adicional anteriormente.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

formação dos discentes quanto dos docentes; questões administrativas de pessoal a reforma/construção de escolas; da prestação de contas à regulamentação das atividades escolares; do acompanhamento da escrituração das escolas ao arquivamento de documentação diversa; do acompanhamento da rotina escolar ao acompanhamento de todo processo nutricional oferecido.

QUADRO 3 A Secretaria de Educação em números

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM NÚMEROS I		
	1969	**2019**
Secretário	1	1
Subsecretário	-	1
Conselhos	2	3
Centro de treinamento de Zona Rural	1	-
Departamentos	2	6
Supervisões	14	35

Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

O quadro 4 demonstra que toda essa estrutura é voltada para atender e gerenciar uma rede que na atualidade comporta cerca de 43.786 alunos e 5.532 servidores, distribuídos em 101 escolas próprias e 43 creches (entre próprias e conveniadas). Um dos levantamentos mais antigos, localizados no acervo sob a guarda da Supervisão de Arquivo e Memória, sobre o tamanho da rede é datado de 1973 através de uma dissertação de mestrado de Roberto Alves Monteiro que aponta, por exemplo, um efetivo de 991 servidores, 6.979 alunos matriculados em 55 escolas (MONTEIRO, 1974). Tanto o relatório exposto pelo autor como notícias da década de 1970 no Jornal Diário Mercantil mostram que, além das vagas oferecidas pela rede própria, o município ofertava várias bolsas de estudo para complementação da demanda. As projeções futuras do autor mostravam para uma crescente procura por ofertas de vagas, assim como de profissionais com formação específica para atuarem na educação municipal.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

QUADRO 4 A Secretaria de Educação em números II

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM NÚMEROS II		
	1973	**2019**
Número de Servidores	991	5532 (Efetivos, Contratados, Estagiários)
Escolas	55	101 + 46 creches (próprias e conveniadas)
Turmas	268	1864
Número de Alunos	6.979	43.786 (Sislame 2018)

Fonte: Supervisão de Arquivo e Memória

CONSIDERAÇÕES

Os números demonstram que, hoje, a SE mantém-se com uma grande estrutura administrativa. O passar dos anos mostram que a oferta de um ensino público de qualidade para um município de médio para grande porte, como Juiz de Fora, permeia toda a história da Secretaria de Educação.

Ao mesmo tempo, a história destes 50 anos da SE indica um processo de construção coletiva de uma rede voltada e pensada para a educação como mote de transformação da realidade social do aluno e, por consequência, da comunidade escolar em que ele está inserido. Promovendo uma educação democrática e cidadã não só na sua promoção, mas também, no gerenciamento da política educacional e na sua administração escolar.

Mesmo que se tenha perpassado marcos dessa história, é necessário frisar que cada caso foi planejado, gerenciado, executado, administrado e vivenciado por diferentes atores sociais que deixaram, de maneira direta, seus vestígios na educação de Juiz de Fora. Esses marcos resultaram, ainda, de demandas e reivindicações, seja dos servidores, escolas, comunidade ou alunos. A coexistência desses e as relações de força que estabelecem foram, e são, essenciais para a Secretaria Municipal de Educação, suas políticas e estratégias educacionais. Todo esse histórico serve para repensar caminhos, visualizar estratégias, reafirmar decisões, perceber conquistas e, principalmente, fortalecer o papel da educação como instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar.** Pedagogia em foco, Vitória 1993.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos:considerações históricas.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico,1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

FERREIRA JR, Amarildo; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

MACHADO, Maria Margarida & GARCIA, Lênin Tomazett. **Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Vol. 1, nº 1, 2013.

MONTEIRO, Roberto Alves. **Demanda de Professores de 1º e 2 º graus no Município de Juiz de Fora.** Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1974.

Daltrozo Ilha, Darieli. **Escolas rurais do município de Juiz de Fora – MG: história e histórias a serem contadas**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFJF. 2018.

SARMENTO, Diva Chaves. **Criação dos Sistemas Municipais de Ensino.** Revista *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1363-1390, Set./Dez. 2005.

SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008

SILVA, Iverson Geraldo da. (org). **História Dispersa: A Memória da Secretaria de Educação de Juiz de Fora entre práticas e políticas educacionais**. Juiz de Fora: Editar, 2018.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

INTERAÇÃO DEMOCRÁTICA ENTRE PROFESSORES E PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO

Andreia Rezende Garcia-Reis[1]

REFLEXÕES INICIAIS

No último capítulo do livro *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano* (2006), Bronckart desafia-nos a pensar na seguinte questão:

> E, a nosso ver, o desafio maior na situação contemporânea é, principalmente, sem dúvida, saber se o futuro humano pode ser determinado apenas pelos imperativos da economia capitalista globalizada, com a lamentável simplicidade da concepção da formação a que ela leva, ou se o futuro deve deliberadamente ser assumido e repensado à luz de outros critérios e de outros valores, na interação democrática de pessoas responsáveis, de modo a que se reative o processo de transformação conjunta do social e do psicológico, que, conforme a lógica spinoziana não é nada mais do que a forma atual que assume a dinâmica evolutiva permanente do universo (BRONCKART, 2006a, p. 256, grifo nosso).

Discutir e lutar pela educação e pelos processos educacionais nos quais se inserem alunos e alunas em idade de escolarização básica, estudantes da educação superior e sujeitos em formação continuada querer de nós coragem e ousadia política, uma vez que a lógica capitalista parece rumar para um lado oposto, ao considerar a educação como mercadoria, como moeda de troca entre aqueles que podem pagar por ela e os trabalhadores que vendem conhecimento, como aquisição de informações com finalidades específicas e imediatistas. Como afirma Bronckart (2006a) na citação acima, a lamentável simplicidade concepção de formação humana da lógica capitalista, a que estamos assistindo atualmente, não adota os mesmos princípios de uma formação humanizada, contextualizada, com vistas à transformação e ao desenvolvimento dos sujeitos por meio de interações democráticas entre pessoas responsáveis.

[1] Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, líder do Grupo de pesquisa Interação, Sociedade e Educação (CNPq/UFJF).

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Como sabemos, são os processos interacionais entre os sujeitos que nos dão possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, social, psíquico e profissional (VIGOTSKY, 2010), em diferentes espaços e ocasiões de formação. Nesse sentido, acreditamos que as situações de interação pela escrita promovidas pelo *Cadernos para o Professor*, publicação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, são intencionalmente formativas, uma vez que propiciam a interação democrática entre pessoas responsáveis. Tais pessoas são, sobretudo, os profissionais da docência da Rede Municipal de Ensino, pesquisadores da grande área da Educação e outros leitores e escritores cujos interesses se voltam para as questões educacionais.

Promover esse tipo de interação é um ato político, de coragem e enfrentamento às condições de formação docente e à oferta de ensino também nas escolas de educação básica. A manutenção de uma publicação cujos objetivos são divulgar experiências docentes, proporcionar o diálogo entre profissionais do magistério, oportunizar a circulação de resultados de pesquisa na área da educação e propiciar o debate a partir de novas obras recém publicadas não só fortalece a atuação profissional docente, mas também enriquece as ações de ensino nas escolas de educação básica, já que os alunos nelas matriculados serão contemplados de modo indireto.

Este ensaio, inserido na edição comemorativa dos 25 anos do *Cadernos para o Professor*, tem como principal objetivo discutir a interação pela escrita entre os profissionais da docência, professores e pesquisadores em educação. Acreditamos que as práticas de escrita, leitura e releitura da ação docente são situações que levam à reflexão sobre o trabalho desenvolvido, sobre as escolhas pedagógicas e sobre os objetivos de ensino propostos e alcançados. Tanto os professores que relatam suas práticas, quanto os leitores da prática de outros professores, dentre outras formas de interação possíveis por meio dos diferentes gêneros publicados no *Cadernos para o Professor* ao longo dos últimos anos, são modos de agir pelo discurso (BRONCKART, 2008) que possibilitam a formação de professores e a reflexão sobre o trabalho docente, com vistas à construção de novos modos de conduzir a ação profissional no campo da docência.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

REFLEXÕES SOBRE QUESTÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

Temos desenvolvido pesquisas no interior do Grupo Interação, Sociedade e Educação (CNPq/UFJF), vinculado ao Núcleo Fale (Formação de professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino), cuja ênfase recai sobre os processos formativos, sobretudo os processos de formação profissional docente (GARCIA-REIS e MAGALHÃES, 2016; GARCIA-REIS, 2017; MAGALHÃES e GARCIA-REIS, 2017; CADILHE e GARCIA-REIS, 2017; GARCIA-REIS e MAGALHÃES, 2018). Algumas delas têm se dedicado, mais especificamente, a refletir sobre o papel da linguagem e, precipuamente, da prática da escrita, no desenvolvimento profissional do professor de Língua Portuguesa. Os resultados obtidos têm nos indicado que devemos investir, como professores formadores de professores, em práticas de linguagem contextualizadas e situadas nas atividades de formação inicial e continuada, levando os sujeitos a agirem pelos discursos (BRONCKART, 2008), por acreditarmos que as práticas de linguagem seriam instrumentos de desenvolvimento humano (BRONCKART, 2006b) e profissional.

Outros pesquisadores também têm defendido a inserção social e profissional dos professores e/ou futuros professores em atividades discursivas sobre a docência (MARINHO, 2010; SILVA, 2016; 2017; GARCÊZ e SCHLATTER, 2017) como possibilidade de (a) superação de práticas formativas excessivamente teóricas; (b) construção e efetivação de propostas de ensino de língua numa perspectiva discursiva, perpassadas pela análise linguística; (c) valorização do discurso e dos saberes docentes; (d) atendimento às demandas sociais e educacionais de participação cidadã por meio da linguagem.

A adoção de uma perspectiva teórico-metodológica filiada ao Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 2006a; 2015) em nossas pesquisas nos permite “rejeitar a divisão entre pesquisas teóricas e aplicadas, postulando que, principalmente no caso das ciências humanas, todas elas devem ser, ao mesmo tempo, práticas e teóricas” (MACHADO, 2009, p. 48-49). São práticas porque se voltam para os problemas concretos da vida humana e teóricas porque são baseadas em procedimentos científicos, validados teórica e metodologicamente. Assim, recusamos a ideia segundo a qual é o saber acadêmico e científico que trará,

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

a partir de processos formativos, respostas e orientações sobre os modos de agir em atividades profissionais. Defendemos, ao contrário, o estabelecimento de pontes, de diálogo entre o saber da prática e o saber científico, com a finalidade de pensar e resolver problemas concretos, os quais, aqui, são sobretudo aqueles das situações escolares e de ensino.

Nossa compreensão a respeito do *Cadernos para o Professor* é a de que ele vislumbra as possibilidades anteriormente mencionadas. Ao acolher, incentivar e fazer circular os saberes e experiências construídos no interior das escolas e da sala de aula valoriza o discurso dos professores e ressignifica o modo de construir conhecimentos teóricos, uma vez que a prática ressignificada e refletida também tem caráter teórico e faz evoluir uma perspectiva de estudo de uma determinada área do conhecimento. Uma publicação cujo leitor preferencial são os professores de uma rede de ensino, que se orienta por princípios democráticos no aceite dos textos e na sua apresentação a uma comunidade profissional, demonstra uma preocupação com a profissionalização dos trabalhadores da educação.

Em defesa da legitimação dos conhecimentos práticos dos professores, Silva (2017) afirma que:

> Os conhecimentos teóricos orientadores da formação do professor de Língua Portuguesa não podem se limitar aos saberes produzidos exclusivamente no campo dos estudos da linguagem. Nas aulas de qualquer disciplina escolar, há diferentes atores sociais em interação que precisam ser visibilizados. Para tanto, os atores sociais demandam tratamento epistemológico diferenciado. [...] A perspectiva do desenvolvimento sustentável na formação docente demanda um paradigma inovador de educação, de modo que academia e sociedade construam conjuntamente conhecimentos legitimados (SILVA, 2017, p. 717).

A visibilização a que se refere Silva (2017) pode ser alcançada quando os professores desenvolvem atividades de ensino e podem relatá-las em periódicos que as valorizam, fazem circulá-las e possibilitam a leitura por outros professores, que poderão reconhecer-se nelas e propor práticas semelhantes em suas salas de aula. Quando o *Cadernos para o Professor* é disponibilizado aos profissionais da educação municipal, de forma gratuita, atua de modo a visibilizar um conhecimento

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

construído nas escolas, legitimando esse conhecimento ao registrá-lo por meio da escrita num periódico com reconhecimento acadêmico.

Para ampliarmos cada vez mais a participação dos professores na produção de conhecimentos sobre a docência, será preciso considerá-los como professores autores, promovendo situações de diálogo respeitoso e exposição fundamentada daquilo que pensam e fazem em suas proposições pedagógicas. Nesse sentido, concordamos com Garcêz e Schlatter (2017), quando defendem que

> Queremos ser concretos quanto ao que entendemos ser o significado, na formação de professores, da asserção de que a autoria implica em construir a própria singularidade nas atividades em que se participa e assumir a responsabilidade pela singularidade produzida. Com base na nossa experiência de formadores, afirmamos aqui que a autoria se materializa na tomada de posições políticas, expressas na interlocução entre pares e refletidas na prática com os educandos, acerca de princípios e métodos de ensino, e critérios e procedimentos de avaliação. (GARCÊZ E SCHLATTER, 2017, p. 18)

Assumir-se autor e expressar-se pela escrita numa publicação preferencialmente endereçada a outros professores revela uma atitude política e engajada com o aperfeiçoamento da atividade docente. Ainda, ao relatar práticas de ensino, o professor tem a possibilidade de refletir sobre suas escolhas, de repensar sobre sua condição de ator nos processos formativos dos quais participa, conquistando novas aprendizagens e desenvolvendo-se profissionalmente.

Nos últimos vinte e quatro anos, o *Cadernos para o Professor* compõe a política de formação docente da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, visando "à divulgação de estudos e de produção científica e pedagógica de interesse amplo e relacionado à Educação Básica, a fim de promover e ampliar o diálogo com a comunidade científica e com a sociedade" (site da Secretaria de Educação de Juiz de Fora). Até o ano de 2017, foram 34 volumes publicados, compostos por artigos acadêmicos, artigos ou ensaios encomendados a professores, resenhas, relatos de experiência e resumos de dissertações ou teses. A submissão dos textos é contínua, feita por um e-mail próprio e sob coordenação de profissionais que atuam no Departamento de Planejamento Pedagógico e Formação, da Secretaria Municipal de Educação, cuja denominação já foi diferente em períodos anteriores. Atualmente, a periodicidade da publicação é semestral e desde o ano de 2013 o *Cadernos para o*

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Professor circula tanto impresso quanto de modo digital na página da Secretaria na internet.

Traremos neste ensaio alguns dados sobre as dez últimas edições do *Cadernos para o Professor*, publicadas nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, as quais estão disponíveis no site da Secretaria Municipal de Educação para realização de download, no momento da elaboração deste texto. A tabela a seguir demonstra tais dados.

Tabela 1: Gêneros publicados no *Cadernos para o professor* entre 2013 e 2017

Data e número da publicação	Número de textos do gênero artigo	Número de textos do gênero relato de experiência
jan/jul de 2013 – nº 25	5	3
ago/dez de 2013 – nº 26	5	1
jan/jul de 2014 – nº 27	5	2
ago/dez de 2014 – nº 28	3	3
jan/jul de 2015 – nº 29	4	5
ago/dez de 2015 – nº 30	3	5
jan/jul de 2016 – nº 31	5	3
ago/dez de 2016 – nº 32	6	3
jan/jul de 2017 – nº 33	7	0
ago/dez de 2017 – nº 34	5	1
Total de publicações	**48**	**26**

Fonte: Elaborada pela autora

Uma primeira análise da Tabela 1 pode ser feita a partir do total de publicações dos dois gêneros que as constituem: o artigo e o relato de experiência. Enquanto o artigo contou com 48 publicações, foram 26 relatos de experiência docente presentes nas 10 edições deste periódico. Essa diferença revela o quanto os professores ainda resistem ao escrever sobre suas práticas, considerando-as pouco importantes ou mesmo pouco significativas a outros leitores. Vale destacar que o valor acadêmico dos artigos é bem maior que o dos relatos. Relatos não pontuam ou agregam poucos pontos no currículo de pesquisadores dos programas de pós-graduação em nosso país. Essa situação acaba levando os pesquisadores a privilegiarem os artigos e a não produzirem relatos. Por outro lado, aqueles profissionais que não estão no momento desenvolvendo pesquisas em programas de pós-graduação de mestrado ou doutorado muitas vezes não se vêm como autorizados a publicar sobre suas práticas escolares, por muitos não consideradas

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

como algo relevante e que poderá contribuir com o avanço das ciências educacionais. Ainda merece comentar que os demais gêneros aceitos pelo *Cadernos para o Professor*: artigos ou ensaios encomendados a professores, resenhas e resumos de dissertações ou teses não estão presentes nas edições aqui analisadas.

Dos dez volumes, apenas três: o volume de jan/jul de 2013 – nº 25, o de ago/dez de 2014 – nº 28 e parte do volume de ago/dez de 2016 – nº 32 foram edições com temáticas específicas de Arte e Cultura, Alfabetização e Letramento e novamente Arte e Cultura, os demais foram de temas diversificados, a partir da demanda e envio dos textos por diferentes autores. Com relação aos autores, notamos que a autoria dos artigos é mais diversa. Embora os autores sejam preferencialmente profissionais da Rede Municipal (professores, coordenadores pedagógicos e diretores) há também profissionais do ensino superior (como professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Santa Maria, dentre outras) e profissionais de institutos federais (como uma pedagoga do Instituto Federal Catarinense). Já os relatos são textos cuja autoria é predominantemente dos profissionais da Rede Municipal, dos 26 relatos, apenas 3 são de professores ou da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais ou do Rio de Janeiro.

Com relação ao destinatário preferencial do *Cadernos para o Professor*, os textos iniciais, intitulados ora de Carta aos leitores, ora Mensagem aos leitores, ora sem título mas com função de apresentar o volume aos leitores, remetem-se predominantemente aos leitores, com saudações de Caro leitor ou Prezado leitor. Um único volume dos dez aqui analisados faz referência ao professor, na apresentação.

Interessante destacar que menos da metade dos textos, tanto dos artigos quanto dos relatos, foi produzido em coautoria (40% dos artigos e 42% dos relatos), fato que demonstra uma postura mista relacionada à interação na escrita dos pesquisadores e profissionais da educação. Nos artigos, a coautoria se dá principalmente entre orientadores e orientandos, cujos resultados são de pesquisas em andamento ou recém-terminadas, ligadas aos cursos de graduação e pós-graduação de universidades públicas ou particulares. Já nos relatos, a coautoria se faz presente ora entre coordenadores pedagógicos e professores, ora entre

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

professores, que desenvolveram atividades de ensino integradas numa mesma disciplina ou interdisciplinares.

As práticas de escrita em coautoria enriquecem não somente os textos produzidos, mas o debate em torno das questões relatadas, das avaliações feitas pelos profissionais envolvidos no relato e dos resultados de pesquisas empreendidas. Subentende-se que os textos publicados em coautoria propiciaram o diálogo, a tomada de consciência das escolhas realizadas e anteriormente combinadas entre os autores, além de negociações sobre o sentido que deram à prática ou à pesquisa objeto de relato. Nesse sentido, parece-nos uma vivência cidadã, de reflexividade sobre os processos educacionais, mais especificamente no caso dos relatos, e de recusa ao individualismo.

Como já mencionamos, a autoria dos textos publicados no *Cadernos para o Professor* é principalmente, mas não exclusivamente de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora. Quando observamos a presença de textos cujos autores são de outras redes, outras cidades e até mesmo de outros estados, percebemos que a abrangência de leitura não está circunscrita aos profissionais das escolas municipais ou mesmo da Universidade Federal de Juiz de Fora, mas amplia-se para outros espaços, sinalizando a importância dessa publicação para a formação continuada de professores e para a melhoria das práticas e das pesquisas sobre o ensino.

Ao nos determos especificamente nos relatos de experiência, 26 no total, percebemos que eles são constituídos ora por uma seção de avaliação dos resultados ora por comentários avaliativos no decorrer do texto. A presença de uma avaliação do trabalho realizado, de avanços na aprendizagem dos alunos, do cumprimento dos objetivos pretendidos e da satisfação docente com o trabalho desenvolvido revela que houve, por parte dos professores e autores do relato, uma crítica ao seu próprio trabalho, uma reflexão potente para o aperfeiçoamento profissional e para o desenvolvimento humano desses sujeitos. A seguir trazemos alguns trechos de alguns relatos que comprovam nossa análise:

> **Exemplo 1**
> Acreditamos que o Projeto Roda de Leituras tornou-se uma agradável atividade dentro do espaço escolar. Os encontros, notadamente, são momentos prazerosos, de intensa troca e construção de experiências. As leituras realizadas contribuem para

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

> que os alunos ampliem seus pensamentos, reflitam suas identidades e desenvolvam a compreensão da palavra escrita. Dessa forma, tornou- se, ainda, uma contribuição ao trabalho realizado em sala de aula (Relato publicado no nº 32, ago/dez 2016).

> **Exemplo 2**
> Entendemos que é difícil mensurar quantitativamente os resultados de nossa prática pedagógica com os álbuns de figurinhas. Porém, qualitativamente conseguimos visualizar algumas marcas e experiências que foram produzidas pelas crianças. Podemos destacar que para muitas crianças aquele momento de contato com o álbum de figurinhas se configurou enquanto primeiro contato com esse artefato cultural. E por ser o primeiro contato, elas tiveram a oportunidade de construir experiências com esse material. Experiências consigo mesmas e com os outros, já que a vivência produzida com os álbuns de figurinhas durante as aulas de Educação Física se deu de forma coletiva, com um colega ajudando e incentivando o outro durante o preenchimento (Relato publicado no nº 34, ago/dez 2017).

Como notamos nas avaliações anteriores, dos exemplos 1 e 2, os professores autores das práticas de ensino e também dos relatos reconhecem que o trabalho desenvolvido foi positivo, uma vez que possibilitou novas experiências aos alunos, práticas de leitura que impactaram na vida escolar dos estudantes e interações com os colegas e com outros materiais culturais presentes em nossa sociedade.

Assim como Bronckart (2006), defendemos que a formação deva se dar pela análise das ações e dos discursos, e, nesse sentido, consideramos que a política de formação materializada na publicação do *Cadernos para o Professor,* com os princípios e objetivos que discutimos neste texto, caracteriza-se como uma importante ação formativa, ao possibilitar aos professores relatarem e analisarem suas práticas, para, a partir de então, aperfeiçoá-las.

A citação de Garcia-Reis e Magalhães (2018) ratifica o que acabamos de afirmar:

> É justamente por acreditar no potencial de construção autoral, impulsionador da transformação pessoal e profissional, que o gênero relato de experiência docente tem tido cada vez mais visibilidade, tem sido aceito em revistas acadêmicas e solicitado em diferentes instâncias de formação, tanto inicial quanto continuada. (GARCIA-REIS E MAGALHÃES 2018, p. 23)

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Como professora formadora de professores e pesquisadora do trabalho docente, continuarei a defender os espaços nos quais os professores e outros profissionais da educação, além dos pesquisadores dessa área, tenham possibilidades de relatar seu trabalho, de dizer sobre suas impressões, percepções e compreensões sobre a atividade profissional docente, para que possamos cada vez mais ampliar o potencial formativo dos sujeitos nas práticas de ensino e valorizar a atuação docente como verdadeiro trabalho.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo deste breve ensaio, procuramos defender a política de formação docente da Secretaria de Educação Municipal ao investir, nos últimos 25 anos, na publicação do *Cadernos para o Professor*. Esse periódico assegura um espaço para que os professores possam relatar suas práticas escolares, com circulação e reconhecimento dos saberes construídos no interior das escolas, não só as municipais, mas também muitas outras onde atuam esses profissionais. Ainda, ao aceitar outros gêneros para compor as edições, promove ricos e frutuosos diálogos entre diferentes perspectivas de compreender o fenômeno educativo, entre professores, coordenadores, diretores de escolas, professores universitários, mestrandos e doutorandos em áreas afins à educação. O *Cadernos para o Professor* é encarado por nós como uma oportunidade sistemática e continuada de aperfeiçoamento profissional, de troca de experiências de ensino e de valorização do trabalho e da pesquisa na área da docência.

Não podemos deixar de pontuar que ainda há desafios a serem enfrentados, principalmente no incentivo à escrita de relatos pelos professores, considerando o número menor de publicações desse gênero nos últimos cadernos, se comparado ao dos artigos. Esperamos que esta edição comemorativa de 25 anos dessa elogiada política educacional possa servir de estímulo e provocação àqueles profissionais que atuam e pesquisam sobre a educação, no sentido de se sentirem impulsionados a escrever e enviar seus textos ao periódico, à espera de leitores e interlocutores para futuros debates a serem empreendidos.

REFERÊNCIAS

BRONCKART, J. P**. Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Tradução de Anna Raquel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2006a.

_____. Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean PaulBronckart. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**. ReVEL. Vol. 4, n. 6, março de 2006b.

_____. **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores.** Tradução de Anna Raquel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

_____. Entrevista com o Prof. Dr. Jean Paul Bronckart. Por: CAVALCANTE, R. P. **Revista Prolíngua**. UFPB. Vol. 10, n. 3, nov/dez de 2015.

CADILHE, A.; GARCIA-REIS, A. R. Letramentos na formação de professores a partir de uma concepção discursiva da linguagem: reflexões propositivas. In: MAGALHÃES, T. G.; GARCIA-REIS, A. R.; MAGALHÃES, T. G.; FERREIRA, H. M. (orgs.). **Concepção discursiva de linguagem: ensino e formação docente**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

GARCIA-REIS, A. R.Práticas de linguagem na formação dos professores de Língua Portuguesa: uma perspectiva de análise do Projeto Pedagógico do curso de **Letras.RevistaVeredas,** Juiz de Fora, MG, 2017 v. 21, jan./jun. 2017.

GARCEZ, P.; SCHLATTER, M. Princípios e experiências para a formação de profissionais de educação linguística. In: MATEUS, E. TONELLI, J. **Diálogos (im)pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas** . São Paulo: Blucher, 2017.

GARCIA-REIS, A. R.; MAGALHÃES, T. G. As experiências de escrita na formação de professores de Língua Portuguesa: uma prática no curso de Letras da UFJF. In. **Letramentos e práticas de ensino**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

_____. O desenvolvimento profissional docente pelas experiências de escrita do gênero relato. In: ALCÂNTARA, Q. A.; VENANCIO, M. O. (orgs.). **Escrita de docentes em formação: compartilhando saberes em relatos de experiência**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

MACHADO, A. R. e colaboradores. ABREU-TARDELLI, L. S. e CRISTOVÃO, V. L. L. (orgs.). **Linguagem e educação:** o trabalho do professor em uma nova perspectiva. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

MAGALHÃES, T. G; GARCIA-REIS, A. R. **Escrita e formação docente: desafios na prática de escrita na formação inicial para a docência em Língua Portuguesa**. *Raído*. V. 11, n. 27, 2017.

MAGALHÃES, T. G.; GARCIA-REIS, A. R.; FERREIRA, H. M. (orgs.) **Concepção discursiva de linguagem: ensino e formação docente**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

MARINHO, M. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada.** Belo Horizonte, v.10, n.2, p. 363-386. 2010.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. *Revista* **Cadernos para o professor.** https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/cadernos_professor/index.php Acesso em 21 de setembro de 2018.

SILVA, Wagner Rodrigues. Letramento científico na formação inicial do professor. **Revista Práticas de Linguagem**. v. 6, especial, 2016.

SILVA, Wagner Rodrigues. Formação sustentável do professor no mestrado profissional. **Revista Brasileira de educação**. [online]. 2017, vol.22, n.70, p.708-731.

VIGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem.* 2.ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

A MEDIAÇÃO TEATRAL NA ESCOLA EM BUSCA DA AUTONOMIA DO ALUNO-ESPECTADOR

Cristiano Antônio Fernandes Barbosa[1]

RESUMO

O texto apresenta um trabalho de pesquisa teórico-prático sobre a formação do espectador, desenvolvido por meio de provocações estético-artísticas buscando a sensibilização do olhar desse espectador para o espetáculo “Se bicho eu pudesse ser”. A investigação se instaura a partir da interação do aluno-espectador com o espetáculo, em três etapas: antes, durante e depois da encenação – desmontagem cênica. Para a mediação com os alunos-espectadores, usamos o sistema de jogos teatrais, de Viola Spolin (1992), como recurso metodológico para elencar as ações da etapa anterior e posterior da apresentação, tendo como base o conceito criado por ela de nome fisicalização. Diante desses pressupostos, o objetivo foi fazer desta ação uma experiência estética e poética em que os espectadores percebam-se como potenciais cocriadores artísticos. Tal desafio demonstrou ser motivador de ricas conexões para o entendimento do que pode ser o Teatro voltado para a Educação.

Palavras-chave: Formação do Espectador. Pedagogia do Teatro. Pedagogia do Espectador.

ABSTRATC

The text presents a theoretical and practical research work about the formation of the spectator, developed through aesthetic and artistic provocations looking for to sensitize the viewer's gaze to the show "If I could be critter". The investigation is established from the interaction of the student-spectator with the show, in three stages: before, during and after the performing - scenic disassembly. To mediate with the student-spectators, we use Viola Spolin's (1992) theatrical game system as a methodological resource to list the actions of the previous and subsequent stage of the presentation, based on the concept created by her of the name physicalization. In front of these assumptions, the focus was to make this e this action an aesthetic and poetic experience in which viewers perceive themselves as potential artistic co-creators. This challenge proved to be a motivator of rich connections to the understanding of what can be the Theater focused on Education.

Key words: Spectator Formation. Theater pedagogy. Pedagogy of the Spectator.

[1] Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFMG (Teatro), pós-graduado em Fundamentos em Práticas Interdisciplinares e Graduado em Letras Supervisor de Projetos de Artes, Cultura e Cidadania do Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação, da Secretaria de Educação de Juiz de Fora. Fundador, diretor e contador de histórias do Grupo Caravana de Histórias. Presidente da Associação de Produtores de Artes Cênicas de Juiz de Fora. Ator e Diretor. Contador de Histórias. Prof de Teatro da rede municipal de ensino. E-mail: crisafbarbosa@gmail.com.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

1. INTRODUÇÃO

Como professor de teatro da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, sempre me preocupou a pouca importância dada ao espectador, na escola e fora dela. Antes desta pesquisa, cheguei a arriscar alguns diálogos entre obra de arte e público, mas sem sucesso. No entanto, com a oportunidade de estudo no Mestrado Profissional em Artes, pela Universidade Federal de Minas Gerais, comecei a encontrar um caminho para investigar a interação entre o espectador e o espetáculo, antes, durante e depois de uma encenação, segundo sugere Flávio Desgranges (2006). Tal ação está focada na interação entre quem vê e o que se vê em uma apresentação teatral, processo que muitas vezes é ignorado nas proposições artísticas na escola. “A pergunta central acerca do ato do espectador precisa ser alterada, pois ela não visa mais à significação, mas principalmente aos efeitos da proposta artística” (DESGRANGES, 2017, p. 25).

Assim, de acordo com ações de desmontagem propostas por Desgranges (2006), uma proposta de prática pedagógica deve envolver ações antes e depois da frequentação ao teatro. Dessa forma, a realização de oficinas teatrais com espectadores em formação deve levar em conta tanto a sensibilização prévia para o evento, quanto o estímulo para a efetivação de uma leitura acurada da obra assistida.

O autor nos aponta, então, que a ideia é desenvolver com os alunos-espectadores exercícios teatrais semelhantes aos que o elenco realizou para a criação/concepção do espetáculo, familiarizando os espectadores com conceitos próprios da encenação. Acredita-se que assim os participantes poderão travar um diálogo mais produtivo com a obra e com os artistas:

> A perspectiva da desmontagem está apoiada na ideia de se efetivar uma arte do espectador, tratando este como um artista em processo. [...] Os receptores são também criadores, e, com essa ação, terão melhor conhecimento dos aspectos linguísticos utilizados no espetáculo (DESGRANGES, 2006, p. 166).

Na tentativa de resguardar essa experiência para o espectador, no primeiro momento, os alunos do projeto participaram de uma sensibilização estético-artística,

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

respaldada pelos jogos teatrais de Viola Spolin (1992), a partir do conceito de fisicalização. O intuito foi o de aguçar o olhar desses alunos-espectadores para o processo usado pelo elenco para a corporificação dos animais, já que esse era o tema principal do espetáculo a que assistiram “Se bicho eu pudesse ser”. No segundo momento, assistiram à encenação e, por fim, após a apresentação, os espectadores foram convidados a vivenciar um processo de (co)criação, com a presença do elenco, usando diversos objetos cênicos do espetáculo, com os quais puderam recriar cenas, narrativas, músicas ou poesias, a partir do que viram.

> Um projeto de formação de espectadores precisa, assim, além de propiciar o conhecimento específico da linguagem teatral, estimular a autonomia interpretativa dos participantes. Uma aquisição que não se evidencia com extrema facilidade numa vivência de espetacularidade que pouco ou nada convida o indivíduo a exercer o papel autoral crítico que a arte teatral solicita, convida, exige do espectador. Aquisição esta, aliás, que não se outorga por decreto, nem se incute por propaganda, ou mesmo se transfere por convencimento, mas que só se conquista por experiência (DESGRANGES, 2006, p.156).

Assim como Desgranges, Ingrid Koudela (2010), além de enfatizar a importância e a necessidade dessa ação de formação do espectador, defende que num processo de mediação teatral devem ser considerados o acesso físico e o acesso simbólico da plateia. Assim, a pesquisadora afina-se com Desgranges ao discutir:

> A diferenciação estabelecida entre acesso físico e simbólico nos ajuda a esclarecer a diferença entre pensar a formação de público e a formação de espectadores. Um projeto que cuide da viabilização do acesso físico aos espectadores ao teatro pode ser considerado um projeto de formação de público de teatro, almejando a ampliação dos frequentadores e criando em determinada parcela da população o hábito de ir ao teatro. Já um projeto de formação de espectadores visa não apenas à facilitação do acesso físico, mas também ao acesso aos bens simbólicos (KOUDELA, 2010, p. 5).

Para o encaminhamento da questão do acesso físico dos espectadores, já que não foi possível levar os alunos a uma sala de encenação com palco italiano, ou espaço alternativo fora da escola, decidimos levar o espetáculo às escolas, buscando uma quadra, uma sala de aula maior, um auditório, enfim, um espaço que

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

comportasse os alunos e o elenco, com os objetos cênicos e as suas movimentações. Isso foi enriquecedor para o processo, pois conseguimos deixar uma provocação para o uso dos espaços que a escola tem, demonstrando que eles podem ser redescobertos ao se imprimir uma nova maneira de explorá-los.

Já o acesso simbólico dos espectadores foi contemplado pela oficina realizada com os alunos e professores, em cada escola, antes da apresentação, e também pela ação de cocriação, realizada depois do espetáculo.

2. DESENVOLVIMENTO

O primeiro momento da mediação teatral é denominado por Desgranges (2006) como Ensaio de Preparação para o Espetáculo, no qual podem ser selecionados um ou mais aspectos linguísticos relevantes da montagem. Esse momento anterior à apresentação pretende sensibilizar a percepção dos espectadores para as soluções cênicas encontradas pelo grupo para compor a proposta de encenação: também para permitir aos espectadores experimentarem soluções diferentes diante de alguns elementos usados na encenação, percebendo que outras soluções cênicas poderiam ser possíveis para o espetáculo.

Assim, tendo estabelecido quatro escolas da rede municipal de ensino para participar, as oficinas com as turmas aconteceram no período aproximado de duas horas, geralmente em uma sala de aula, a mesma utilizada para as aulas convencionais ou para as de teatro. Em todos os casos, as professoras já haviam informado aos alunos que a aula do dia teria um convidado, amigo delas, professor de teatro, o qual conduziria as atividades programadas.

Após uma breve apresentação pessoal, na qual falei como ingressei no teatro, enfatizando como as aulas de teatro na escola foram importantes para mim, iniciamos os jogos de orientação, propostos por Viola Spolin no seu livro *Improvisação para o Teatro* (1992).

O quadro a seguir descreve brevemente o jogo realizado, demonstrando ainda a relação entre o jogo e a encenação:

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Quadro 1: Jogo de Orientação.

JOGO	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO DO JOGO COM O ESPETÁCULO
Quem começou o movimento?	Os jogadores ficam em pé, em círculo. Um jogador sai da sala enquanto os outros escolhem um líder para começar o movimento. O jogador é então chamado de volta. Ele fica no centro do círculo e tenta descobrir o líder, cuja função é fazer um movimento – bater os pés, acenar a cabeça, mexer as mãos etc. – e mudar de movimento quando quiser. Os outros jogadores imitam esse movimento e tentam evitar que o jogador do centro identifique o líder. Quando o jogador descobre o líder, este sai da sala e outro líder é escolhido para começar outro movimento.	Mimese corporal. Ações que as atrizes fazem de forma igual, tal como espelho, imitando animais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é um jogo de livre criação, cada qual pôde agir espontaneamente, sem se preocupar com as reações dos colegas, pois todos estavam sintonizados com o desafio da proposta: descobrir quem começou o movimento.

Ora ser líder (criação), ora participar coletivamente (imitação), ora ser observador (descoberta/investigação), compõe uma tríade de um processo de investigação muito rico para esta pesquisa, para este pesquisador, e também para os alunos.

Concluímos esse primeiro jogo, após alguns alunos terem alternado os papéis do exercício, com uma conversa aberta, sentados em círculo, no chão da sala, a fim de avaliarmos o que foi vivenciado. Com isso, pude perceber de perto que os alunos se permitiram acessar a proposta e confiar nas proposições do jogo, o que possibilitou uma facilitação da ação e de seus objetivos, não só nesse primeiro contato, mas principalmente para o jogo posterior, no qual foi trabalhado o conceito que norteou o processo de composição das personagens do espetáculo: a fisicalização.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

3. A FISICALIZAÇÃO COMO CONCEITO DO ESPETÁCULO: REVERBERAÇÃO NOS JOGOS COM OS ALUNOS

Tendo estabelecido esse conceito como norteador principal para o momento com os alunos-espectadores, o segundo jogo realizado propôs uma experimentação mais próxima da vivenciada pelas atrizes, no processo de criação dos bichos que corporificaram na encenação. O quadro abaixo descreve o que foi proposto.

Quadro 2: Jogo 1 de Visualização Física.

JOGO	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO DO JOGO COM O ESPETÁCULO
Imagem de animais	Pergunta-se aos jogadores que bicho cada um gostaria de ser e, cada jogador decide qual animal vai retratar. Cada um deve assumir exatamente as qualidades físicas de seu animal e mover-se pelo palco como ele. Deve-se dar instrução durante o exercício para liberar os jogadores a fim de trabalharem com o problema. Quando os jogadores tiverem se entregado totalmente às qualidades do animal e captado novos ritmos corporais, pede-se que façam os sons de seus animais. Continua-se com a instrução até que tenham desaparecido as resistências e som e movimentos corporais estejam integrados.	Corporificação de animais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a realização do jogo, com os alunos ainda sentados no chão, em círculo, lancei a seguinte pergunta:

Eu: Se bicho vocês pudessem ser, que bicho seriam?
Aluno 1: Um leão

Aluno 2: Um tigre

Aluno 3: Um leopardo

Aluna 4: Uma águia

Aluna 5: Uma cobra

Aluno 6: Um cachorro

Aluna 7: Uma gata

Aluno 8: Um canguru

Fonte: acervo do autor

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Os alunos, a princípio, queriam ser bichos fortes, verdadeiros predadores. Não que isso fosse um problema, como não era. Mas foi curioso perceber essa valoração da parte deles por animais dominadores. Os primeiros a falar criaram um duelo espontâneo, ao nomearem um bicho tão ou mais forte que o anterior. Eles mesmos, no entanto, começaram a descontruir essa preocupação a partir do desejo de uma das alunas de querer ser uma gata. Isso abriu oportunidade para outros também deixarem de se preocupar com a questão da força e do poder. Alguns, inclusive, pediram para rever sua fala e mudaram o bicho por outro que não, necessariamente, se impusesse pela força física.

A partir daí, os alunos foram, aos poucos, sendo estimulados a transpor para seu corpo as características físicas do animal escolhido. Por meio de instruções como: Concentre-se em descobrir como seu animal escolhido se move: anda, voa ou rasteja? Seus olhos são bem abertos, pouco abertos? Sua boca é rasgada, sempre fechada? E a língua? E as orelhas? Quando está com sede, como sacia? E como come? Foge quando está assustado? Ataca quando vê algum animal mais frágil? E, por fim, que tipo de som ele emite?

Tal como as atrizes do grupo – no momento de criação do bicho que interpretaram nas narrativas –, os alunos se esmeraram por deixar o corpo o mais próximo possível das características do animal escolhido. Esse é um dos fundamentos do conceito da fisicalização: o corpo fala e evidencia a idealização pretendida.

Com o intuito de aprofundar um pouco mais essa possibilidade de experiência estética, a partir do desenvolvimento do conceito da fisicalização, entreguei a eles alguns tecidos, de cores diferentes, os quais puderam enriquecer a criação que viviam, os quais foram explorados por eles de diversas maneiras, porém com a orientação de que não deveriam ser usados como adereços ou enfeites, e sim na composição física do bicho; ou seja, para fazer parte da composição do animal. “A diferença entre dar vida ao objeto e manipular o objeto é sutil, bem como é sutil a diferença entre mostrar e contar” (SPOLIN, 1992, p. 72).

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

4. APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO

Tudo acordado com a coordenação da escola, os alunos dirigiram-se ao local da apresentação e ocuparam seus lugares. Apenas na primeira escola, a apresentação foi em uma sala de aula maior, com espaço para os alunos se acomodarem em cadeiras. Nas outras três, no entanto, os alunos assentaram-se no chão, no pátio da escola.

As apresentações nas quatro escolas aconteceram com tranquilidade e com boa resposta da plateia que, aos poucos, foi sendo conquistada pelas canções, histórias e também pela movimentação e desenhos da cena.

"Agora é o momento da fruição estética [...] e a conduta da plateia durante o evento teatral é uma questão intrincada, mas a partir do início da peça os atores são os responsáveis pela comunicação entre palco e plateia" (KOUDELA, 2010, p. 18). Acreditando nesse momento de interação espontânea dos espectadores com o espetáculo, e também por ser ator da peça, direcionei minha atenção a compor o clima, o ritmo e a pulsação da apresentação. O que foi feito por mim e pelo elenco.

4.1 Ensaio de prolongamento do espetáculo

Aponta Desgranges que os ensaios de prolongamento do espetáculo:

> Têm o intuito de provocar uma interpretação pessoal dos diversos aspectos observados no espetáculo assistido pelo grupo, e estruturam-se por procedimentos que convidam os espectadores a criar cenas de elaboração compreensiva. Ou seja, prolongamentos criativos que buscam dar conta das questões propostas pelo espetáculo. Os espectadores são convidados a conceber breves atos artísticos, que não se estruturam como continuidade do espetáculo, mas sim como exercícios interpretativos da encenação em questão (DESGRANGES, 2006, p. 167).

Com esses direcionamentos, logo após a apresentação, o elenco se despediu do público, agradecendo às professoras, à coordenação e à direção da escola pela recepção e pelo envolvimento com a causa da arte e do teatro.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Em seguida, tendo a direção disponibilizado um espaço na escola – uma sala de aula ou uma quadra –, promovemos um encontro do elenco com os alunos que participaram do jogo inicial: para este momento, foram previstas três ações, a partir do que foi provocado, antes e durante o espetáculo.

Para o primeiro momento, a fim de possibilitar uma aproximação entre todos, propus um jogo de integração, descrito abaixo:

Quadro 3: Jogo 1 desenvolvido no ensaio de prolongamento do espetáculo.

JOGO	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO DO JOGO COM O ESPETÁCULO
Apresentação pessoal, com som e ritmo	Os jogadores, inclusive o elenco, ficam de pé, em círculo, e cada um, a sua vez, fala seu nome criando um movimento e/ou um som. O primeiro jogador fala seu nome, fazendo o gesto e emprestando um ritmo a sua fala. Em seguida, todos repetem o gesto e o ritmo feitos, tentando ser o mais fiel possível ao que foi dito. Todos os jogadores se apresentam e repetem o movimento criado pelos outros.	Fisicalização: transpor para o corpo as sensações e intenções.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mais uma vez, o conceito de fisicalização esteve presente no desafio, porém como forma de apresentação pessoal: transpor para o corpo um ritmo e um som que sintonizasse com o nome de cada um. Essa proposição retomou alguns procedimentos já trabalhados no Jogo de Orientação “Quem começou o movimento?” – criar, copiar e observar –, porém agora sem ter que descobrir quem criou. Começando por mim, todos tiveram a oportunidade de criar um movimento, com um ritmo e um som, pensando no seu nome, e, também, observar e repetir o movimento e o som criados pelos colegas e pelo elenco.

Assim, com esse clima de aproximação construído, pudemos partir para a ação principal: (re)criar momentos do espetáculo, como se descreve no quadro a seguir:

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Quadro 4: Jogo 2 desenvolvido no ensaio de prolongamento do espetáculo.

JOGO	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO DO JOGO COM O ESPETÁCULO
(Re)criação de cenas, músicas e narrativas	Dividir os alunos-jogadores em três grupos no máximo e pedir que elaborem/criem uma cena a partir do que assistiram, usando os elementos do espetáculo. O mediador divide os grupos, auxilia na escolha do que querem criar e apresentar aos outros grupos. A professora da turma pode auxiliar também os grupos na criação/ensaio das cenas, a fim de dinamizar o processo. Marcar um tempo de 15 min no máximo para o preparo das cenas e depois pedir que se apresentem, no máximo, por 5 minutos. Criar situações imaginárias, tais como: dar continuidade a alguma história; Galo José apaixonou-se pela coruja, e não pela Galinha Garnisé, e agora? Essas situações podem ajudar os alunos a não quererem reproduzir apenas as cenas que viram.	Estabelecer interação entre o elenco e os alunos, proporcionando a todos um repensar sobre as cenas, músicas e narrativas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A fim de permitir, então, essa troca real entre alunos-espectadores, elenco e professoras da escola, dividimos os jogadores em grupos, incluindo as atrizes nessa formação. Com os grupos formados, elenco e alunos, de igual para igual, dispuseram-se a fabular diálogos com o espetáculo, na expectativa de (re)construir "prolongamentos criativos que buscassem dar conta das questões propostas pelo espetáculo" (DESGRANGES, 2006, p. 167). Novamente, o desafio foi que eles descobrissem novas formas de representar fisicamente os animais com o corpo e com a voz, porém, agora, também poderiam complementar esse desafio com o uso de fantoches ou objetos cênicos diversos: todos usados no espetáculo estavam ali, ao alcance deles, podendo ser explorados.

Em alguns grupos, mesmo com a presença do elenco, foi necessária minha intervenção inicial, sugerindo e provocando-os a não reproduzir cenas/narrativas/músicas, pois começaram a querer ilustrar apenas o que tinham visto no espetáculo. Percebendo isso, sugeri algumas situações imaginárias para

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

exploração, tais como: dar continuidade a alguma história; Galo José apaixonou-se pela coruja, e não pela Galinha Garnisé, e agora? Na história “Gato, Rato e Cachorro também”, havia um segredo escrito num papel, roído pelo rato, o que causou a inimizade deles. O que estaria escrito naquele segredo? As sugestões foram providenciais, já que a princípio eles não tinham ideia do que fazer. Essa inicial falta de ideias para a ação proposta pode ser atribuída a não estarem habituados a improvisar ou a criar algo novo, ou do criar “do nada”, apenas a copiar ou a imitar algo visto antes, já que a criação também necessita de direcionamentos.

Após as apresentações dos grupos, assentamos em círculo novamente e pedi que apontassem nas cenas vistas algum aspecto interessante que descobriram na corporificação dos animais, o que gerou uma conversa bem interessante.

Com isso, partimos para o cortejo final, último jogo da proposta: ação em que elenco e alunos, utilizando-se dos acessórios disponíveis, após aprenderem a música final do espetáculo “Se bicho eu pudesse ser”, saíram em cortejo pela escola, uma vez que já estava no fim do turno.

Quadro 5: Jogo 3 desenvolvido no ensaio de prolongamento do espetáculo.

JOGO	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO DO JOGO COM O ESPETÁCULO
Cortejo final	Os alunos-jogadores aprendem a música final do espetáculo – “A Caravana Contou” – e, podendo usar malas e objetos cênicos diversos do espetáculo, junto com o elenco, todos saem em cortejo pelas dependências da escola.	Cantar, narrar, corporificar

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ver os alunos, junto com o elenco, percorrer o espaço físico da escola, saindo da quadra, ou de uma sala de aula, e indo até o portão de entrada, recebendo os pais e despedindo-se dos colegas, foi, de fato, uma rica possibilidade de vivência de uma experiência estética diferenciada. E, além disso, desenvolver essa proposta juntamente com as professoras da escola, as atrizes do espetáculo e os alunos, acabou estimulando ainda mais, em mim e nelas, o desejo de potencializar e enriquecer esse diálogo do espectador com a linguagem do teatro.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Pedagogia do Espectador foi, para mim, uma grata descoberta. Este tema hoje se tornou uma prática de muita relevância para o meu cotidiano de professor e estudante de teatro.

Com isso, todo o projeto descrito foi pensado e desenvolvido com o fim de redimensionar o olhar do espectador para a linguagem do teatro no cotidiano da escola. Mas para chegar ao aluno-espectador, fui descobrindo, no caminhar da pesquisa, que há outros fatores e atores que podem influenciar nessa busca. Professores e alunos não se tornam apaixonados por teatro por meio da insistência ou do convencimento, nem tampouco da apelação.

Essa interface de quem conta e quem ouve, assim como de quem interpreta e quem vê é fundamental nesse processo de aproximação entre teatro e espectador.

> A contação de histórias é uma via de mão tripla conduzida pelas intenções. O que o conto quer dizer, o que o contador quer dizer narrando o conto; o que o ouvinte quer dizer a si mesmo ao ouvir o conto. Narrado, narrador e ouvinte: três momentos de um mesmo jogo de encantamento e prazer. (BUSATTO, 2013, p.76).

Parafraseando Busatto (2013), o teatro também é uma via de mão tripla: o que o texto quer dizer, o que os atores querem dizer interpretando o texto; o que o espectador quer dizer a si mesmo ao ouvir/ver a encenação. Texto, atores e espectadores: três momentos de um mesmo jogo de encantamento e prazer.

Além disso, outra inquietação que me acompanhou foram os procedimentos de análise dos jogos realizados. Fiz anotações diárias, conversei com as professoras, com o elenco, ao fim de cada proposta, a fim de ampliar a minha capacidade de avaliação, além de pedir às professoras que me enviassem os relatos das experiências compartilhadas por elas. No entanto, como eu fui o propositor direto das ações, estava bastante envolvido no processo como um todo, e, possivelmente, posso ter deixado escapar ricos detalhes da vivência, seja dos alunos, do elenco e das professoras da escola.

No processo individual de avaliação dos relatos das professoras e das minhas anotações, tentei ampliar em mim um exercício de uma escuta ativa, que fosse

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

sensível à presença da leitura do teatro na escola e ao modo como a proposta chegava aos envolvidos, diretos ou indiretos.

Nesse exercício de escuta, fica a pergunta que mais me perseguiu e me inquietou: como seria a observação do desenvolvimento do projeto, se outra pessoa estivesse conduzindo as ações, e a mim coubesse “apenas” observar os envolvimentos, implícitos e explícitos de todos?

Da mesma maneira, me questiono: se eu não estivesse em cena, se não fosse ator ou diretor do espetáculo, e pudesse acompanhar o desenvolvimento e a maturidade das professoras-atrizes e, principalmente, as reações dos espectadores no momento em que a peça se desenrolava, teria outras percepções e avaliações?

Também, paralelas indagações me perseguiram no decorrer das intervenções: sendo diferente o conceito escolhido para as apropriações dos alunos, que não a fisicalização, o envolvimento dos jogadores poderia ser outro, de maior ou menor influência na investigação? Se eu tivesse estabelecido um procedimento de análise comparativo com alunos e professoras que não participaram das oficinas, teria mais dados para aferir a eficácia do processo que instaurei?

Fica, também, uma provocação final do principal pesquisador estudado por mim:

> É necessário que todos os educadores de uma escola estejam sensibilizados para a experiência artística, para que o acesso dos alunos à linguagem teatral não seja uma luta isolada do professor de teatro no interior da própria instituição escolar, como um dever que competiria somente a esse professor. Ao contrário, é desejável que os projetos de formação de espectadores, bem como o de frequentação de museus, cinemas, e incentivo à leitura não sejam iniciativas individuais, heroicas, desprovidas de apoio institucional (DESGRANGES, 2010, p. 71).

São questões pertinentes que podem ser caminhos para as próximas investigações.

O fato é que essas e outras preocupações no desenvolvimento desta pesquisa me fizeram continuar estudando e realizando as ações em outras oportunidades de vivências, já que o grupo Caravana de Histórias pretende continuar se apresentando nas escolas da rede municipal de ensino de nossa cidade.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

REFERÊNCIAS

BUSATTO, Cléo. **A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DESGRANGES, Flávio. **Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____.**A Pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **A inversão da olhadela: alterações no ato do espectador teatral**. São Paulo: Hucitec, 2017.

KOUDELA, Ingrid. Apresentação do dossiê Jogos teatrais no Brasil: 30 anos. *In*: **Revista de História e Estudos Culturais.** Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2010. Vol. 7, Ano VII, nº 1. Disponível em:<http://www.revistafenix.pro.br/PDF22/TEXTO_08_APRESENTACAO_DOSSIE_INGRID_DORMIEN_KOUDELA_FENIX_JAN_FEV_MAR_ABR_2010.pdf> Acesso em: 13/08/2017.

_____. **A ida ao teatro. Programa Cultura e Currículo**. São Paulo, 2010. Disponível em: < http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/administracao/Anexos/Documentos/ 42009063 0 140316A%20ida%20ao%20teatro.pdf>. Acesso em: 26/08/2017.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

A ARTE, OS PROFESSORES E O DELINEAMENTO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Iêda Maria Loureiro de Carvalho[1]

RESUMO

O presente relato tem por objetivo compartilhar uma análise da relação entre a trajetória do Projeto Professor Também Faz Arte e a gradativa construção de uma política pública no campo da educação, da arte e da cultura na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora (Rede), nos últimos 14 anos. A análise das ações e desdobramentos do projeto se dá a partir de documentos da Rede e da narrativa da autora deste trabalho – professora de arte e também membro mais antigo da equipe coordenadora do projeto mencionado –, considerando a participação dos professores no movimento de transformação do olhar para a Arte/Educação e no desenho da referida política educacional.

APRESENTAÇÃO

A construção de ações e projetos no campo da arte e da cultura na Rede Municipal de Juiz de Fora (Rede), no período de 2005 a 2018, foi analisada por mim buscando evidências do delineamento de uma política educacional com a participação docente. A análise foi feita por meio da narrativa de uma professora e membro da equipe gestora da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE).

Em minha trajetória docente – provavelmente semelhante a de muitos professores de Arte – vivi um isolamento[2] e encarei a incompreensão do trabalho que eu propunha em instituições, públicas e privadas, nas quais o ensino de Arte era visto como elemento decorativo, terapêutico, entretenimento ou recurso para outras disciplinas. Na tentativa de tirar a Arte da periferia da educação, enfrentei lutas diárias e solitárias visando desconstruir conceitos equivocados sobre Arte/Educação arraigados no pensamento de diretores, coordenadores pedagógicos e professores de outras disciplinas.

[1] Professora de Arte da Rede Municipal de Juiz de Fora.
[2] Em muitas escolas havia apenas uma vaga para Educação Artística. Cada turma tinha uma, ou, no máximo duas aulas de 50'. Com uma carga horária de 18 aulas, por exemplo, atendia-se entre 9 e 18 turmas semanalmente.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

DESCRIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EXPERIÊNCIA

Penso que minha sobrevivência nessa luta acima descrita – que se mantém até hoje – se deve à preservação de uma produção artística pessoal[3] entrelaçada à docência. E nisso me aproximo do pensamento de Grupelli Loponte:

> Arte e vida fundem-se, ou o modo de ver a vida transfigura-se esteticamente. Nem tudo é arte, mas qualquer material, sentimento, objeto ou vontade pode materializar-se em uma produção artística. Por que, então, o campo da educação e da formação docente não poderia impregnar-se dessas experiências e começar a produzir diferença em práticas pedagógicas e docentes que insistem em modos tradicionais de pensar? (GRUPELLI LOPONTE, 2013, p. 15)

Questionamento semelhante ao de Grupelli Loponte foi o disparador de propostas no campo da Arte/Educação que apresentei logo após ser convidada a compor a equipe técnica do Departamento de Ações Pedagógicas da SE[4], em 2005.

Se a vivência artística foi importante para mim, poderia ser para outros professores? Como aproximar docência e Arte na Rede? Uma experiência pessoal poderia ser uma referência para o trabalho de gestão? Com essas indagações em mente, propus iniciar o trabalho ouvindo os professores de Arte.

Os pontos levantados na primeira reunião, realizada em 13 de abril de 2005, confirmaram as dificuldades e os anseios que eu tão bem conhecia: a falta de espaço e de tempo apropriados para as aulas; a necessidade de um referencial teórico atualizado, assim como de um trabalho de esclarecimento na Rede sobre a importância da arte na educação; e o desejo de criação de uma rede de comunicação entre os professores de arte.

Esses apontamentos nortearam, desde então, ações e projetos com foco na formação continuada em diálogo com a própria Arte, em consonância com Grupelli Loponte, que nos diz:

[3] Participação em grupos: de teatro (1986 a 1999), de dança (2001 a 2014) e de percussão (desde 2016).
[4] Em 2009 passei a Supervisora de Projetos de Educação e Cultura, em 2013 a Chefe do Departamento de Políticas de Formação, em 2014 a Supervisora de Projetos de Artes, Cultura e Cidadania e, desde 2015, atuo como Gerente do Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

> Se a formação docente for capaz de expandir-se em outras direções menos racionais e prescritivas, talvez consigamos enfrentar de modo mais afirmativo a aridez que reveste muitas das práticas escolares cotidianas, dando abertura para tornar escolas e aulas em férteis "espaços de experimentação". (GRUPELLI LOPONTE, 2017, p. 448)

O Projeto Professor Também Faz Arte foi um desses espaços de experimentação, criado em 2005 e vigente até hoje. Esse projeto tem o propósito de interligar o fazer pedagógico com o artístico e promover reflexões que gerem novas ações sobre esse fazer; de articular trabalhos produzidos por professores e alunos; e de potencializar a Arte/Educação na rede municipal de Juiz de Fora. Para atingir os objetivos propostos, ao longo do ano letivo, docentes são convidados a participar de uma formação que entrelaça Grupos de Estudos (GEs), oficinas, Mostra Professor Também Faz Arte (MPTFA) e Mostra Estudantil de Arte (MEA).

Nos GEs, os professores se encontram para estudar e construir um arcabouço teórico metodológico que subsidie as diversas propostas artísticas que se erguem nas escolas, suscitar a descoberta de conexões entre estas, e, finalmente, melhorar sua docência. Gatti (2016) nos diz que na atualidade, a configuração da formação visa ultrapassar as competências meramente operacionais e técnicas, caracterizando-se "como uma integração de modos de agir e pensar, implicando num saber que inclui a mobilização de conhecimentos e métodos de trabalho, como também a mobilização de intenções, valores individuais e grupais, da cultura da escola" (GATTI, 2016, p. 169). Por meio de encontros mensais (com duração de 3h; 27h anuais) se constrói uma rede de apoio mútuo que permite aos docentes compartilhar e discutir suas práticas, expor dificuldades e estratégias de superação, celebrar conquistas e fortalecer a docência. Para Grupelli Loponte,

> O trabalho com um grupo docente traz assim uma outra cor para os processos de formação. Menos acrobacia, mais aprofundamento das discussões. Menos solidão, mais vínculo entre participantes. Menos monólogo, mais polifonia de vozes. Menos cópia e reprodução, mais invenção e experimentação. Menos verticalidade das verdades, mais horizontalidade das relações e dos discursos verdadeiros em circulação. (GRUPELLI LOPONTE, 2009, p. 925).

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

O GE Arte e Cultura reúne professores[5] que atuam em aulas ou projetos de artes visuais, dança, música e teatro e o GE Dinamização da Leitura na Escola congrega os que trabalham com a literatura. Inicialmente independentes, desde 2010, esses GEs dialogam por meio do Projeto Literatudo.

Esse projeto tem o propósito de difundir e incrementar as boas práticas de leitura já existentes na rede municipal, assim como também de pesquisar continuamente novas possibilidades. Uma das estratégias utilizadas é a aproximação de professores por meio da já citada conexão dos GEs, a fim de suscitar criações em diversas linguagens artísticas, integradas à literatura – e não apenas a serviço desta.

E uma das ações do projeto é o Circuito de Leituras, que acontece durante a quarta semana do mês de agosto, envolvendo toda a comunidade escolar. Compreende a exposição/apresentação de trabalhos no interior das escolas – em corredores, escadas, teto, portas, janelas, grades, etc. – e também no entorno, tais como praças, casas, mercearias, postos de saúde, etc. Além de divulgar o trabalho com a leitura, essa ação visa provocar novas formas de pensar e ocupar os espaços. Grupelli Loponte afirma que

> Habitar uma escola é conviver com inúmeras e intermináveis tramas narrativas. Corredores, salas de aula, salas de professores, pátio, refeitórios, portaria, porta de entrada são cenários para professores, alunos e pais, que por vezes encontram nesses espaços acolhida de desejos, vontade e aprendizado mútuo ou um lugar em que nem sempre querem estar. Brigas, intrigas, frustrações, expectativas, (des)encontros, dramas, tragédias, alegrias, epifanias. Um grande espaço narrativo aberto a ser reinventado e repensado por meio de ações artísticas. (GRUPELLI LOPONTE, 2017, p. 446).

Além disso, durante a referida semana há um intercâmbio de escolas: a partir de um roteiro organizado pela SE, alunos, professores, coordenadores e diretores se visitam. A escola visitante leva como "presente" uma de suas criações (painel, canto, grupo de flautas, dança, contação de histórias, etc.), que é apresentada junto com os trabalhos da escola anfitriã. Unidas, ideias e ações se potencializam,

[5] Na Rede, em aulas do 6º ao 9º ano atuam exclusivamente professores com licenciatura em Arte; nos projetos extracurriculares atuam graduados em Arte ou em outras áreas, porém com atuações comprovadas no campo da Arte. Na Educação Infantil e do 1º ao 5º ano atuam professores generalistas ou graduados em Arte.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

extrapolam os muros e transformam escolas em núcleos produtores e irradiadores de cultura. Martins (2014, p.248) confirma que "os espaços potenciais de mediação cultural não são apenas os convencionais ou a cidade. A escola também pode ser um pólo cultural". O objetivo, assim, é transformar escolas "em lugares quentes e vivos, os quais, tendo em conta o ponto de vista móvel, são antes mais possibilidades do que limites". (COSTA, 2013, apud MARTINS, 2014, p.248).

Considerando que, "por meio da arte o professor pode recriar-se pessoal e profissionalmente" (CARVALHO, 2010, p.14), propusemos, em 2005, as Oficinas de Criação, que foram realizadas em duas escolas, com professores de diversas disciplinas. O objetivo era oportunizar o contato com diferentes linguagens artísticas, a exploração de várias formas de comunicação/expressão e a vivência de processos criativos. Devido à falta de pessoal, essa ação na escola foi interrompida em 2007[6] Porém, no Centro de Formação do Professor da Secretaria de Educação de Juiz de Fora outras oficinas, continuaram se desenvolvendo, proporcionando "contatos mais sensíveis com as linguagens artísticas, espaços para a imaginação, para a percepção apurada e para o aflorar de poéticas pessoais e coletivas" (MARTINS e LOMBARDI, 2015, p.23). De 2005 a 2017, conquistamos a participação espontânea de cerca de 770 professores no conjunto de oficinas oferecidas[7]Acreditamos, assim, estarmos insuflando "um outro olhar para a escola e a formação de educadores, tendo as linguagens artísticas como alimento para a dimensão estética que, com a arte e a cultura, tece a vida e o conhecimento" (MARTINS e LOMBARDI, 2015, p.23).

Essas oficinas produziram desdobramentos tais como os corais *Em Canto* e *Cantoria*, o *Dança da Escola no Calçadão* e o *grupo Caravana de Histórias.*

Os corais[8] nasceram das oficinas da área de música e eram abertos à

[6] Em 2006 e 2007 a autora deste texto mediou, sozinha, oficinas em seis escolas

[7] Teatro e Musicalização; Iniciação Musical; Dança Educação; Musicalização e Música na escola: Práticas e recursos; Leitura e Contação de História; Oficinas de Sensibilização: Artes Visuais - Literatura – Dança - Teatro; Dança, experiências e Educação; O Teatro nas práticas educacionais; Dança movimento e cognição; Musicalização na Educação Infantil; Criação e confecção de Bonecos; Linguagens Teatrais e Cênicas em diálogo com a prática da sala de aula; Dança na escola; O Passo; Musicalização com ênfase na Educação Infantil; Musicalização – Método O Passo; Teatro na Escola; Coral em Canto: Diálogos entre Música e Teatro; Musicalização para ensino fundamental e Educação Infantil; Dança no Ensino Fundamental e Ed Infantil; Diálogos Avançados em Dança; Teatro na Educação Infantil e nos Anos iniciais; Dança na Educação Infantil e nos Anos Iniciais; Artes Visuais na Educação Infantil e nos anos Iniciais; Artes na Educação Infantil (2006 a 2018)

[8] Regência da Prof[a]. Helen Barra.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

participação de todos os interessados, não havendo avaliação para ingresso ou seleção de vozes. O *Em Canto* (2006-2012) era formado por professores e coordenadores pedagógicos e o *Cantoria* (2008-2015), por servidores da SE. Com um repertório composto de canções populares, os corais se apresentaram em inúmeros eventos, não só em Juiz de Fora, mas também em outras cidades. Devido à transferência da regente, os corais estão inativos desde 2016.

Da oficina Diálogos Avançados em Dança[9] surgiu o *Dança da Escola no Calçadão*, evento realizado desde 2012, com o objetivo de celebrar o Dia Internacional da Dança[10] O evento visa surpreender os transeuntes de uma rua no centro da cidade, exclusivamente para pedestres, com um trabalho de dança contemporânea, que dialoga com o universo artístico urbano e público, apresentado por 350 alunos, em média, de diversas escolas municipais[11]

O grupo *Caravana de Histórias* surgiu em 2015 como um desdobramento da oficina Leitura e Contação de Histórias[12], que teve início em 2012. Vários participantes manifestaram o desejo de se reunir para criar um espetáculo, ao qual deram o título de "Se bicho eu pudesse ser"[13]. Desde então, o grupo vem se apresentando em escolas e outros espaços culturais de Juiz de Fora e também em cidades vizinhas. Em 2017 o grupo montou o espetáculo "Velhos tempos de mim" [14].

A Mostra Professor Também Faz Arte (MPTFA) e a Mostra Estudantil de Arte (MEA) acontecem anualmente, na segunda quinzena de outubro.

A MPTFA, iniciada em 2005, objetiva estimular e valorizar os fazeres artísticos, além dos acadêmicos, e proporcionar encontros em espaços[1530] tradicionalmente consagrados à arte, provocando, assim, outros olhares sobre a docência. Esses encontros, inclusive, fazem com que professores que ao longo do

[9] Coordenada pela Profa. Christine Silmor
[10] Comemorado em 29 de abril, data instituída pela Unesco
[11] Em 2016, por exemplo, a partir do tema "Como eu vejo o tamanho da cidade?", os professores e alunos pesquisaram a arquitetura, discutiram sobre e o tamanho da cidade e a relação dos corpos nesse espaço, criando formas de responder a essa pergunta por meio da dança.
12 Coordenada pelo Prof. Cristiano Fernandes
[13] Montagem a partir de histórias cujos personagens são animais.
[14] Montagem a partir de memórias de infância dos participantes.
[15] Atualmente os trabalhos das Mostras são apresentados nos seguintes espaços: Teatro da Praça CEU (150 lugares), Teatro Paschoal Carlos Magno (450 lugares), Centro Cultural Bernardo Mascarenhas – Espaço Alternativo I, II e Galerias: Heitor de Alencar, Celina Bracher, *Narcisse* Szymanowski – e Parque do Museu Mariano Procópio.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

ano não participam de maneira ativa de outras ações do projeto, sintam-se estimulados a fazê-lo em momentos posteriores. Além disso, educadores e demais membros da comunidade local têm a oportunidade de se renovarem pela experiência da fruição.

Professores de todas as áreas, da Educação Básica ou Superior, das redes pública ou privada, são convidados a participar da Mostra, que articula apresentações de teatro, dança, música e audiovisual, além de uma exposição de artes visuais e literatura. A reunião e divulgação desses trabalhos é a celebração da diversidade. Não há um tema específico, não se privilegia um estilo, formato ou material, não há qualquer espécie de seleção. Mas isso não significa um *nonsense*, uma vez que a organização se faz a partir do diálogo entre os trabalhos. São oferecidas leituras variadas ao público, sem que se perca o caráter aberto da Mostra, cuja unidade se dá pelo ofício de ensinar.

E desde 2009, durante o mesmo período em que ocorre a mostra de trabalhos dos docentes, realiza-se a . Essa Mostra tem, entre seus objetivos, o de conferir visibilidade ao trabalho artístico-pedagógico realizado pelos professores com seus alunos durante as aulas de Arte nas escolas da rede municipal, valorizar a estética e a poética nos processos de ensino e aprendizagem, e promover intercâmbios entre professores, entre alunos, entre alunos e professores e entre estes e o público em geral. Como manifesta Pimentel,

> As experiências culturais cotidianas podem levar à descoberta de qualidades estéticas, porém, somente as experiências do dia a dia não são suficientes para garantir a aprendizagem de Arte em sua plenitude. Inserir plenamente a arte no contexto de vida cultural cumulativa, em fluxos constantes, é o que se espera do processo escolar contemporâneo. (PIMENTEL, 2015, p.16).

A Mostra Estudantil de Arte apresenta trabalhos de estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental, inclusive Educação de Jovens e Adultos (EJA), com uma programação composta de exposição de artes visuais e apresentações de dança, teatro e música. A exposição dura aproximadamente três semanas e as apresentações no teatro acontecem nos turnos da manhã e da tarde, durante quatro ou cinco dias, totalizando, respectivamente, 16 ou 20 horas de programação.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

De grande relevância para o projeto foi a realização do Ciclo de Palestras Docência e Experiência Estética[16], integrado às Mostras, no período de 2010 a 2016**.** Com o propósito de discutir as relações entre Arte e Educação a partir da investigação acadêmica, o Ciclo de Palestras oportunizou diálogos de professores da educação básica com pesquisadores[17] de diversas áreas, encurtando as distâncias entre a discussão teórica e a *práxis* docente, criando espaços para a troca de experiências e a atualização dos professores.

Penso que importância do Projeto Professor Também Faz Arte está em mobilizar o "sentir/pensar/fazer em arte nos professores" (que, muitas vezes, se encontra abatido pelas demandas da docência), incentivando que essa experiência impregne seu trabalho com os alunos e possibilite que estes também vivenciem processos de pesquisa e criação referenciados na própria Arte.

Acredito que o projeto inova, ao propor um formato que ultrapassa as categorizações tradicionais da escola, acolhe as hibridações próprias da contemporaneidade e valoriza as misturas: de linguagens, temas, técnicas e materiais; de trabalhos de professores e de alunos; de estudantes crianças, adolescentes e adultos; de escolas. E é relevante, por romper a fronteira que aparta Arte e Educação, através da ocupação de centros culturais consagrados com trabalhos de professores e de alunos. Isso possibilita entrelaçamentos inusitados e novas leituras para essa produção, que retorna ressignificada para a escola, retroalimentando as produções seguintes. Essa ocupação também desmitifica os referidos centros culturais e convida a comunidade escolar (gestores, professores, alunos e familiares) a descobrir o prazer de explorá-los e o direito de frequentá-los, o que estende o alcance do projeto.

[16] Realizado com apoio do PAEP (Programa de Apoio a Eventos no País) da CAPES/MEC.
[17] 2010: Luciana Grupelli Loponte (UFRGS), Ricardo Cristófaro (UFJF), Iêda Loureiro (SEJF); 2011: Rosana Paulino (artista visual – SP),*Adriana Rodrigues Didier* (Conservatório Brasileiro de Música – RJ), Helen Barra (SEJF); 2012: Mírian Celeste Martins (UPM), Edna Christine Silva (SEJF), Greice Cohn (Colégio Pedro II-RJ); 2013: Regina Márcia Santos (UNIRIO), Liliane F. Mundim (UNIRIO), Sebastião G. de Almeida Junior (SEJF); 2014: Afonso Rodrigues (UFJF), Iolanda Santos (SEJF); Lenira Peral Rengel (UFBA); 2015: Lucia Gouvêa Pimentel (UFMG), Cecília Cavaliere (MUS-MG), Cláudia Gaspar (UFJF); 2016: Olga Egas (UFJF), Ricardo Figueiredo (UFMG), Valéria Fasolato (SRE – MG).

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

POLÍTICA PÚBLICA NO CAMPO DA ARTE/ EDUCAÇÃO (RESULTADO DA EXPERIÊNCIA)

A partir do exposto, pode-se dizer que no período de 2005 a 2018 houve a construção de uma política educacional no campo da Arte? Para verificar esse questionamento passei à análise de alguns documentos da SE.

No período anterior a 2005, conforme a publicação "A Escola Pública Municipal em Juiz de Fora" (SE, 2003), o trabalho na Rede se organizava por eixos. O Eixo Fundamental, com "Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e Línguas" e o Eixo Complementar, com "Biblioteca, Informática, Laboratório de Ciências, Artes/Música, Educação Física" (SE, 2003, p. 89). Também havia os "projetos dinamizadores", que buscavam "desenvolver as potencialidades dos alunos e contribuir para um maior envolvimento de toda a escola no processo de ensino-aprendizagem" (SE, 2003, p. 83). O texto cita que, "dentre os vários projetos, cinco áreas têm se destacado em nossas escolas", sendo três na área de Arte: "Artes Visuais, Dança e Práticas musicais". Dessa forma, revelava-se a posição secundária do trabalho com a arte, colocado num "Eixo Complementar", e reconhecido como "contribuição" para outras disciplinas:

> [...] a música como expressão cultural, no seu tempo e espaço histórico, pode relacionar os conhecimentos da história e da geografia. Na divisão de compasso, o tempo de compasso, o número de notas em compassos binários, quaternários entre outros, relaciona-se à matemática. Aprender a ouvir com sensibilidade, descobrindo e distinguindo os sons de objetos, perceber a altura dos sons relacionados às notas musicais, são algumas das contribuições para o ensino das ciências. Chegar a ler e interpretar letras de músicas, compor e saber relacionar a cultura a que ela pertence é a contribuição para a língua portuguesa. [...]. (SE, 2003, p. 83).

Documentos expedidos em anos posteriores, no entanto, indicam mudanças e revelam o protagonismo crescente da área de arte na Rede. As "Diretrizes educacionais para a rede municipal de ensino de Juiz de Fora", publicadas em 2006, sugerem um novo olhar para o campo da arte, conforme apresentado pela Secretária de Educação Regina Mancini: "acreditamos que a presença da experiência criadora/estética abre possibilidades de constante reinvenção da realidade por alunos e profissionais da educação" (SE, 2006, p. 7). E a frase "Educar

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

com arte" foi a chamada de capa do Jornal da Educação, de 2010, seguida da informação: **"**projetos artístico-culturais ganham força nas escolas municipais. Alunos e professores se envolvem em diversas atividades e contam com a arte cada vez mais presente na vida escolar". No referido jornal, a Secretária de Educação, Eleuza Barboza, anuncia como pauta para o ano seguinte, "propostas para diversificar e universalizar os projetos de arte e literatura" (SE, 2010, p. 2). Em novembro de 2011, a Revista EducaAção divulgou sobre o trabalho com arte na Rede:

> Temos iniciativas voltadas para a formação do professor, numa linha continuada, para que ele possa trabalhar com o aluno, e projetos direcionados aos estudantes. Nossa intenção é que o profissional esteja sempre atualizado e o aluno se envolva mais com a cultura e a literatura, imagine, crie, troque experiências, valorize o patrimônio da cidade, conheça e se aproxime dos artistas. Ao final, esperamos que as ações alcancem, também, a comunidade onde essas pessoas estão inseridas. " (SE, 2011, p. 08).

Enfim, a atual Proposta Curricular[18] da Rede reconhece a arte como área de conhecimento, propõe o estudo dos "fundamentos das linguagens, códigos e tecnologias aplicadas às artes", promovendo "experiências significativas através do conhecer, fazer, apreciar e criticar em Arte"; recomenda o "acesso às mais diversas manifestações artísticas e culturais", valorizando a produção "de artistas mulheres e homens, do passado e do presente, local, nacional e internacional" (SE, 2012, p. 9). De acordo com o documento,

> O ensino de Arte precisa contemplar um conjunto de atividades sistemáticas, cuidadosamente planejadas, em torno das quais proposições e métodos se articulam em formatos cíclicos multidirecionais. Ou seja, as atividades precisam buscar formas de o conhecimento ser visto como uma rede de significados em processo de transformação, que prevê desdobramentos. A cada nova interação, ramificações se abrem e novas relações se estabelecem tanto para alunos quanto para professores. (SE, 2012, p.10).

[18] Proposta Curricular para o Ensino Fundamental, construída coletivamente por meio de discussões nas escolas e em três seminários (2010, 2011, 2012), sob a coordenação de uma equipe formada por técnicos da SE e consultores convidados. Abrange os conteúdos de Arte, Ciências, EJA, Geografia, História, Línguas Estrangeiras, Língua Portuguesa e Matemática.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

E ao abordar as Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, a Proposta Curricular respeita as especificidades das linguagens e salienta: “o/a profissional precisa conduzir suas ações docentes segundo sua formação. Isso significa que o/a docente não é obrigado/a a trabalhar as quatro linguagens” (SE, 2012, p.13).

Há que se registrar, ainda, que com a publicação do novo regimento da SE (2014, art. 24), a Supervisão de Projetos de Educação e Cultura passou a se chamar Supervisão de Projetos de Artes, Cultura e Cidadania. A inclusão da palavra Artes indica o reconhecimento oficial do trabalho que vem sendo desenvolvido nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isso, considero que o projeto – ou poderia dizer programa – Professor Também Faz Arte delineia uma política que fomenta a Arte/Educação, interliga o fazer pedagógico com o artístico e promove reflexões e novas ações sobre esse fazer. E o papel dos professores – os que estão na escola e os que atuam na SE[19] – foi fundamental na construção, assim como tem sido na apropriação e defesa dessa política, por meio da participação espontânea e vigorosa nas diversas ações do projeto. Em 2017, conforme registros do Centro de Formação do Professor da SE, tivemos 60 professores nos GEs, 105 nas oficinas, 156 na Mostra Professor Também Faz Arte e 102 na Mostra Estudantil de Arte.

Essa participação possibilita que os professores se abram para uma vivência artística na docência, afastando-se do tecnicismo ou das prescrições dos livros didáticos, voltando-se para processos de pesquisar, ensinar e aprender referenciados no campo da Arte. E isso se comprova, por exemplo, na Mostra Estudantil de Arte. Ao longo de nove edições, constatamos uma significativa diminuição das cópias e clichês e o expressivo aumento de trabalhos consistentes, criativos, fundamentados artisticamente. Há que se registrar, também, a participação, em 2017, de 9 escolas no *Dança da Escola no Calçadão*, de 31, no Circuito de Leituras e de 58, na Mostra Estudantil de Arte. O que significa o

[19] Em 2005 a autora deste relato era a única professora de Arte na equipe técnica da SE. A partir de 2006, gradativamente, outros professores de Arte foram convidados a compor a equipe, que atualmente conta com 6 professores de Arte.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

envolvimento de quase 60% das escolas nas ações do projeto, demonstrando o apoio dos gestores escolares e a valorização da Arte/Educação.

Enfim, o prosseguimento do Projeto Professor Também Faz Arte em quatro gestões municipais diferentes pode ser garantia de estabilidade? Talvez sim, talvez não. Ou seja, como avisa Caetano Veloso, “é preciso estar atento e forte”, no esforço coletivo e articulado dos professores, gestores das escolas e gestores da SE em defesa da consolidação da política educacional delineada.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Iêda M. Loureiro. Arte, Cultura e Formação Continuad*a*. **Revista Cadernos do Professor**. Juiz de Fora, edição especial, pp.8-21, outubro, 2010.

GATTI, Bernadete. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, v. 1, n.2, 2016. Disponível em:<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/347/360 > Acesso em 02/06/2018.

GRUPELLI LOPONTE, Luciana. Amizades: o doce sabor dos outros na docência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, set./dez., 2009. Disponível em <http:// www. scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000300012 &script=sci_abstract & tlng =pt>. Acesso em 10/06/2018.

_____. Arte para a Docência: estética e criação na formação docente. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 25, março, 2013. Disponível em <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1145>. Acesso em 15/07/2018.

_____. Tudo isso que chamamos de formação estética: ressonâncias para a docência. **Revista Brasileira de Educação,** v. 22, n. 69, abr./jun., 2017. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27553036007>. Acesso em 11/07/2018.

MARTINS, Mírian Celeste**.** Mediações culturais e contaminações estéticas**. Revista GE Arte**, v.1, n. 2, agosto, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/gearte/article/view/52575/32605>. Acesso em 11/06/2018.

MARTINS, Mírian Celeste e LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos. A arte na pedagogia e a formação do professor para educação infantil e anos iniciais: inquietações e esperanças. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 6, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: < http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/ article /view /8350 >. Acesso em 14/06/2018.

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. Fugindo da escola do passado: arte na vida. **Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais**. Santa Maria – vol. 8, n. 2, mai./ago. 2015.

Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/19862>. Acesso em 17/05/2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA. A Escola Pública Municipal em Juiz de Fora – A Educação na construção do espaço público e democrático. **Cadernos para o Professor**, Juiz de Fora, edição especial, ano XI, outubro, 2003.

_____. Escola com compromisso social**. Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – fundamentação teórica**. Juiz de Fora, ano II, n. 2, dezembro, 2006.

_____. **Arte na escola e na vida. Jornal da Educação**. Juiz de Fora, ano I, n.1, dezembro, 2010, p. 2-5.

_____. Arte transformadora**. Revista EducaAção.** Juiz de Fora, novembro, 2011, p.8-10.

_____. **Proposta Curricular da Rede Municipal**. 2012. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/index.php>. Acesso em 15/06/2018.

_____. **Resolução Nº 085 - SE**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Educação de Juiz de Fora e dá outras providências. 12/05/2014. Disponível em <https://jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000037478>. Acesso em 10/08/2018.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS E PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL

Marivalda Abigail Rofino[1]

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar uma experiência de gestão educacional realizada pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora - MG (SE/JF), a partir de uma parceria firmada com o organismo empresarial Instituto Votorantim (IV) no ano de 2016. O IV é o núcleo de inteligência social das empresas investidas da Votorantim e trabalha com a geração de valor compartilhado. A referida experiência visa promover encontros formativos para três grupos distintos, a saber: Grupo I - Gestores Educacionais da SE/JF, Grupo II - Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos e Grupo III - Alunos de 15 escolas da rede municipal de Juiz de Fora.

Para os participantes dos Grupos I e II a proposta foi a realização de encontros formativos para possibilitar estudos, discussões e reflexões sobre Gestão Democrática, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Educação Inclusiva e Gestão da Aprendizagem com foco na leitura. Nessa perspectiva, buscou-se promover interlocuções entre essas temáticas e o Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora (CRMJF).

Os encontros formativos para o Grupo III tiveram o propósito de criar espaços-tempos que favorecessem a participação e o protagonismo infantojuvenil. Para tanto, foram realizadas rodas de conversas entre os atores dos três grupos, exibição de materiais audiovisuais, redação de manifestos, confecção de murais e outros artefatos didático-pedagógicos relacionados às questões tratadas. A partir disso, promoveu-se atividades específicas que possibilitassem um movimento de escuta e participação desses estudantes juntamente aos gestores da SE/JF e das escolas, Professores e Coordenadores Pedagógicos e os Formadores da Comunidade Educativa (CEDAC), vinculados ao Instituto Votorantim.

[1] Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialização em Educação Infantil e Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela mesma universidade. Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais da rede municipal de Juiz de Fora.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE/JF) é um órgão da Administração Direta, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo. Sua organização está regulamentada nos termos do Decreto nº 8591 e do artigo 7º da Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005. A SE/JF é dotada de autonomia administrativa, orçamentária e financeira sob a mesma legislação que a criou. Suas atribuições foram alteradas pelo Decreto nº 9789 de 27/02/2009. Apresentamos a seguir o organograma da estrutura organizacional da SE/JF.

Organograma 1 - Estrutura Organizacional da SE/JF



Fonte: Site da Prefeitura de Juiz de Fora https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/organogramas/pdf/se.pdf

É importante destacar que essa experiência de gestão educacional foi coordenadada pela Subsecretaria de Articulação das Políticas Educacionais (SSAPE) e pelo Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação (DPPF) que têm dentre as suas atribuições promover ações de colaboração, planejamento, disponibilização e garantia do acesso e coordenação dos serviços educacionais para crianças, jovens e adultos concebendo-as numa perspectiva que inclui desenvolvimento social, cultura e direitos à cidadania. Com efeito, repalda-se o

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

compromisso assumido pela SE/JF em desenvolver essa experiência de gestão educacional amparada por uma concepção de educação humanista e emancipatória.

É nesse contexto que no ano de 2016 as atividades foram iniciadas, e, para tanto, foram organizados três grupos com o seguinte formato: Grupo I, com exceção dos demais, sempre foi composto por profissionais da SE/JF representantes dos seis departamentos, o grupo II nos anos de 2016 e 2017 teve como critérios de composição ter participantes de escolas localizadas em seis regiões do município, quais sejam: Norte, Sul, Centro, Leste, Oeste e Nordeste, o Grupo III foi formado por dois alunos representantes das escolas participantes da rede municipal, por alunos de escolas estaduais, por adolescentes e jovens vinculados à associações comunitárias do município. Em 2018, o critério foi o de trabalhar somente com escolas localizadas na região Norte que é considerada uma região de grande vulnerabilidade social e devido a isso as ações seriam desenvolvidas com unidades escolares da referida região com o propósito de articular as ações entre o segmento educacional e os equipamentos públicos atuantes no âmbito comunitário, social e esportivo como o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), a biblicoteca Delfina Fonseca Lima, Agentes do Amanhã – instituição parceira da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) que desenvolve atividades que visam fortalecer os vínculos comunitários e familiares dos sujeitos que lá estão matriculados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS

Para desenvolver essa experiência de gestão educacional foi necessário constituir uma equipe no âmbito da SE/JF para coordenar os trabalhos que seriam realizados. Essa equipe trabalha junto aos profissionais da Comunidade Educativa (CEDAC) vinculados ao Instituto Votorantim na realização das reuniões de planejamento e de alinhamento da pauta visando atender às demandas da rede municipal, na organização e no desenvolvimento dos encontros formativos que tiveram como mote central discussões e reflexões sobre Gestão Democrática, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Educação Inclusiva e Gestão da Aprendizagem com foco na Leitura. É importante reiterar que se tem como objetivo promover interlocuções entre essas temáticas e o Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora. Além dessas atividades, a equipe da SE/JF coordenou, acompanhou e

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

incentivou participação dos estudantes no Concurso Desafios Criativos da Escola. Tal concurso, consistia em levar os estudantes a identificarem problemas em suas escolas e em suas comunidades e assumirem o compromisso de encontrar e executar possíveis soluções.

O cronograma da formação previu a organização dos encontros em Ciclos e Interciclos, sendo que os Ciclos ocorreram com a presença dos formadores da CEDAC/Instituto Votorantim e os Interciclos foram realizados pela equipe SE/JF. Os encontros tinham duração de quatro horas e eram realizados nas dependências do Centro de Formação dos Professores na Secretaria de Educação.

A partir do desenvolvimento dos encontros formativos algumas ações foram acrescentadas. No ano de 2016, a equipe da SE/JF organizou um passeio no Centro Histórico do município com o grupo III. Nessa ocasião, os alunos foram recepcionados no Centro de Formação do Professor e seguiram para uma caminhada rumo ao Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, ao Mercado Municipal, à Praça da Estação e ao Museu Ferroviário onde tiveram uma visita guiada que foi finalizada com um lanche e um momento para registros fotográficos.

As ações realizadas com esse grupo tiveram como objetivo a criação de espaços e tempos que favorecessem o protagonismo infantojuvenil de estudantes da rede pública de Juiz de Fora em uma experiência de gestão educacional realizada pela SE/JF. Nessa perspectiva, foi importante ouvir, discutir e refletir sobre as ideias que as crianças tinham a respeito das questões inter-relacionadas aos espaços escolares e não escolares, bem como do uso e da transformação desses espaços para a aprendizagem, para o bem-estar dos discentes e da comunidade escolar.

Dentre as atividades propostas foi solicitado que os estudantes discorressem sobre duas questões: 1 - O que te deixa feliz na escola? e 2 - O que te deixa triste na escola? Uma aluna relatou a seguinte situação:

“O que me deixa triste na escola é que alguns alunos dormem em cima da carteira durante as aulas. Eu acho que a escola tem que colocar uma barra de ferro nas carteiras porque assim quando o aluno dormir, ele bate a cabeça e acorda”.

A partir do depoimento dessa aluna a equipe da SE/JF redigiu um “caso” para que no encontro seguinte fosse feito um Estudo de Caso com os integrantes dos Grupos I e II com o objetivo de refletir sobre as relações entre saberes docentes, as

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

percepções dos alunos e a necessidade de se estabelecer um debate sobre a perspectiva curricular que orienta as instituições escolares da rede municipal.

Ademais, buscou-se fomentar ações pedagógicas que visassem melhorar os processos educativos da rede municipal, bem como expor a relevância da avaliação dos alunos sobre as práticas dos professores e da exigência de que essas práticas fossem adequadas tanto às culturas dos alunos como aos conhecimentos que eles têm direito de aprender na escola, sobre questões vivenciadas por eles no cotidiano das unidades escolares.

Desse modo, instituiu-se nessa experiência de gestão educacional uma oportunidade de favorecer a participação das crianças, dos adolescentes e dos jovens do município junto aos atores educacionais da SE/JF, junto aos diretores escolares e coordenadores pedagógicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) está previsto que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino. Sarmento (2010) diz que na condição de entes federativos autônomos a União, os estados e os municípios devem atuar em regime de colaboração, considerando suas respectivas competências conforme previsto nos ordenamentos jurídicos supracitados. No entanto, a autora destaca que essas “definições refletem-se nas políticas de cada ente federado que, no cumprimento de suas atribuições, verificam que tal arranjo e a cooperação necessária apresentam grande complexidade.” (p.7).

O sistema de educação municipal de Juiz de Fora está nesse contexto de grande complexidade buscando superar os desafios que se apresentam cotidianamente. Para tanto, muitos esforços têm sido envidados no sentido de implementar políticas educacionais que objetivam ofertar educação de qualidade para os alunos da rede municipal.

A experiência de gestão educacional aqui apresentada está assentada em duas atribuições que são competências da Subsecretaria de Articulação das Políticas Educacionais (SSAPE) e, que, por sua vez fazem parte da política educacional da rede municipal de Juiz de Fora, quais sejam: I - colaboração e

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

implementação de políticas educacionais de forma integrada com as políticas federais, estaduais e demais órgãos ou entidades que atuam na área educacional; II - coordenar os serviços de Educação Básica para crianças, jovens e adultos articulando-as com as demais funções de governo, em especial, àquelas ligadas ao desenvolvimento social, saúde, cultura, desporto, lazer e direitos à cidadania.

Para Cury (2007) “a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re) inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.” (p. 484). Ancorados pela premissa desse autor e por uma práxis democrática e emancipadora a SE/JF, a SSAPE e o DPPF se colocam numa condição de vanguarda ao criar experiências formativas para promover a participação e o protagonismo infantojuvenil para os estudantes a partir de uma interlocução com os gestores educacionais e escolares da rede municipal em um espaço-tempo até então, pertencente apenas a esses últimos.

Hart (1992) diz que participação se refere ao processo de compartilhamento de decisões que afetam a própria vida e a da comunidade em que se vive. Esse autor ainda destaca que a participação é o meio pelo qual a democracia é construída e é um padrão pelo qual as democracias devem ser medidas. Nesse sentido, cabe aos gestores educacionais desenvolver ações que tenham como objetivo a promoção de uma educação pautada pelos princípios democráticos e participativos.

Dessa forma, é possível repensar a escola, repensar os fazeres pedagógicos e o currículo escolar a partir de uma concepção de educação norteada por condutas, valores inclusivos e emancipatórios que garantam a todos o direito de aprender e de conviver no espaço escolar e na sociedade orientados por princípios éticos, políticos e democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento dessas atividades acreditamos ter ofertado uma formação que possibilitou reflexões e repercussões sobre as temáticas de estudos propostas a partir da PVE e dos movimentos de apropriação das Propostas Curriculares da Rede Municipal de Juiz de Fora. A formação descrita contribuiu para que os grupos de diretores e de profissionais da SE/JF pudessem compartilhar os

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

conhecimentos construídos com os professores e coordenadores pedagógicos que atuam nas escolas municipais.

Há de ser destacado o ineditismo do teor da participação dos alunos no projeto desenvolvido. Além de serem propostas muitas atividades específicas para esses educandos, eles puderam participar em igualdade de condições entre professores, coordenadores, gestores da SE/JF, das escolas e dos formadores do programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE) em espaço público, em ação e em discurso. Essa experiência respalda a indicação de que esses espaços devem ser aprimorados e que esses atores educacionais possam continuar a nos desafiar à prática da dimensão da participação.

É importante ressaltar a construção de uma parceria numa relação de muito respeito e confiança. Foram construídos elos afetivos e possibilidades de ressignificações que permitiram ouvir as crianças, os adolescentes e com eles partilhar expectativas de futuro para uma educação que valorize de fato a participação e o protagonismo infantojuvenil.

Nesse contexto, outras ressignificações foram possíveis em relação às temáticas tratadas como: Gestão Democrática, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Indicadores de Qualidade da Educação (INDIQUES), Educação Inclusiva e Gestão da Aprendizagem com foco na leitura. Dessa forma, busca-se promover interlocuções entre essas temáticas e o Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora (CRMJF) bem como às possibilidades de interlocução com gestores educacionais e escolares, com profissionais das escolas e com os alunos e alunas da rede municipal de ensino para conhecermos mais e melhor os desafios e as perspectivas presentes no cotidiano das escolas. Por tudo isto, a experiência se tornou potente e, portanto, indica a continuidade de construção, de aprimoramento de espaços e tempos que favoreçam o protagonismo infantojuvenil nas comunidades escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 11 ed. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). Brasília: Senado Federal, 2010.

CURY. Carlos Roberto Jamil, A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** v. 23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

HART, Roger. **Children's participation – From Tokenism to citizenship**. Innocenti Essays, nº4. United Nations Children's Fund. Florença, Itália, 1992.

JUIZ DE FORA, Decreto nº 9.789, de fevereiro de 2009. **Regulamenta a organização e as atribuições da Secretaria de Educação de Juiz de Fora – SE/JF, instituída pela Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005, revoga o Decreto nº 8591, de 08 de julho de 2005 e dá outras providências**. Diário Oficial do Município, 27 fev. 2009. Disponível em <http:// www.pjf.mg.gov.br/atos/-gov/091016.ht5m>. Acesso em: 08 de jan. 2019.

ROFINO. Marivalda Abigail. **Política de formação da rede municipal de Juiz de Fora: Uma perspectiva de análise a partir do Curso Encontro de Professores Alfabetizadores, no período de 2009 a 2011**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação Profissional, UFJF, Juiz de Fora, 2012.

SARMENTO. Diva Chaves, (org.) **Sistemas de educação no Brasil: políticas, autonomia e cooperação.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. 238 p. (Caminhos da pesquisa educacional, 3).

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

MEU AMIGO GOKU: UMA VIVÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ellen de Paula Moreira Abreu[1]
Queila Adriana de Alcântara[2]

RESUMO
Este relato de experiência partiu de um fato acontecido em sala de aula e que despertou o interesse das crianças em saber mais sobre a vida dos dinossauros. O trabalho foi desenvolvido em uma turma da Educação Infantil de uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora. Tudo começou quando uma criança trouxe para a aula, no dia do brinquedo, um ovo dinossauro. Assim, nasceu o projeto que deu origem a este relato. O objetivo foi responder os questionamentos e curiosidades das crianças. A metodologia de trabalho foi a Pedagogia de Projetos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Pedagogia de Projetos. Dinossauros. Experiência.

APRESENTAÇÃO:

Este relato de experiência tem por objetivo apresentar o projeto desenvolvido em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora – MG, no ano de 2018, com alunos da Educação Infantil.

A ideia de desenvolver o projeto partiu de um acontecimento ocorrido na sala. Na rotina da turma, em um dia da semana, as crianças levavam um brinquedo de casa e, em um desses dias, uma delas chegou com algo que despertou a curiosidade. Era um dinossauro e de acordo com a fala da criança, havia nascido de um ovo comprado pela mãe na “vendinha” perto da granja, onde morava.

Durante o momento da rodinha de conversa, as crianças demonstraram interesse em saber como era a vida dos dinossauros e levantaram alguns questionamentos interessantes, os quais foram trabalhados em atividades posteriores. Surgiu, assim, o projeto de trabalho intitulado “Meu amigo Goku”.

Com o propósito de responder às questões colocadas pelas crianças, o objetivo inicial do projeto era pesquisar e ampliar os conhecimentos que tinham acerca dos dinossauros. Entretanto, no decorrer do projeto e com a participação intensa das crianças, outras possibilidades foram surgindo: trabalhei vários gêneros textuais, com experimento científico (construção de um vulcão de argila), com músicas e artes visuais.

[1]Professora da Rede Municipal que desenvolveu o projeto.
[2]Professora da Rede Municipal que colaborou com a escrita do relato.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Essa construção foi possível, pois utilizei a pedagogia de projetos a qual contribuiu para a organização de todo o trabalho. As crianças tiveram oportunidade de pensar sobre diferentes assuntos e conteúdos, além de levantarem problemas ou hipóteses que possibilitam a construção de seu conhecimento.

CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E DA TURMA:

O projeto aconteceu em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora – MG, no período de setembro a novembro de 2018. A escola está localizada no Campus Universitário, atendendo crianças de 04 e 05 anos nos períodos manhã e tarde, no total de 120 crianças.

A experiência foi desenvolvida na turma do segundo período, contando, também, com uma professora de docência compartilhada que muito contribuiu com o trabalho, dando sugestões, trocando ideias e ajudando na elaboração de atividades. As crianças eram curiosas, participativas e apreciavam os momentos de contação de histórias, os cantinhos de leitura e escrita que tinham na sala.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Na realização do trabalho, a metodologia baseada na pedagogia de projetos contribuiu significativamente. Esta metodologia possibilita a organização do conhecimento dos alunos, a partir de problematizações definidas coletivamente. O professor, nesta perspectiva, não será mais uma “peça solitária” para desencadear o saber, uma vez que ele se juntará às crianças na busca pelo conhecimento. Cada um, em seu papel, encontrará maneiras diversas de alcançar o resultado daquilo que deseja. Isso, porque “para se trabalhar com projetos, é essencial que desapareça o educador infantil proprietário único do saber e da cultura, que olhe seu aluno como ‘lousa não preenchida ou mente vazia’ dos ensinamentos que transfere” (ANTUNES, 2012, p.17 apud MONTEIRO et al, 2013).

Nesse sentido, o professor será um elo nesta caminhada de descobertas e é quem vai incentivar as crianças a explorar o mundo a sua volta. E é por isso mesmo, que os docentes precisam, constantemente, refletirem e reavaliarem a sua prática pedagógica.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

O professor tem a função de sistematizar os conhecimentos e alimentar uma postura investigativa. É preciso intervir e propor situações que proporcionem às crianças a ação reflexiva, ao levantamento de hipóteses interpretativas e explicativas.

Freire (2011) explica sobre a importância do exercício da curiosidade:

> O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser. Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade [...] Satisfeita uma curiosidade, a capacidade de inquietar-me e buscar continua em pé [...] Quanto mais faço estas operações com maior rigor metódico tanto mais me aproximo da maior exatidão dos achados de minha curiosidade. (FREIRE, 2011, p.85).

No projeto do Goku, a experiência vivenciada reflete o que os autores ressaltam, pois foi necessário pesquisar, buscar respostas e aprofundar as questões colocadas pelas crianças. É importante destacar que elas foram as protagonistas do projeto, pois a partir de suas dúvidas e curiosidades que o projeto nasceu.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA:

No dia do brinquedo, uma criança chegou com um dinossauro, dizendo que ele havia nascido de um ovo. O fato causou espanto na turma. Um dos colegas comentou que era mentira, pois dinossauros não nasciam de ovos. Outra criança logo argumentou que o fato contado não era possível, pois os dinossauros já estavam extintos da Terra há milhares de anos. Todos ficaram curiosos, querendo saber mais sobre a história contada pela criança. Como podia um dinossauro, tão grande, sair de dentro um ovo?

Foi na rodinha de conversa que a turma ouviu a explicação. A criança falou que a mãe havia comprado, na “vendinha”, uma caixinha com um ovinho de dinossauro, que foi colocado em um pote com água. Ela continuou a explicação e disse que depois de sete dias, a casca se rompeu, nascendo o dinossauro. Logo, alguns começaram a fazer perguntas: por que o dinossauro não tinha morrido afogado? Uma das crianças justificou, dizendo que ele era aquático!

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Diante de tanta empolgação, na semana seguinte, a mãe da criança presenteou a turma com um ovo de dinossauro. Realizamos a leitura das instruções e percebemos que eram vários passos a serem seguidos: o ovo deveria ser imerso em água morna e ser observado durante sete dias até que a casca se rompesse completamente. Não sabíamos qual espécie nasceria daquele ovo. A partir das diversas especulações, fizemos uma lista com os possíveis nomes das espécies que eles conheciam.

Para orientar e planejar o processo de construção dos saberes, junto com as crianças, realizei o levantamento dos conhecimentos prévios que elas tinham acerca dos dinossauros, o que gostariam de saber e de que forma poderíamos descobrir as respostas. Fui ajudando na construção e na elaboração das questões. Foi um momento importante, porque as crianças tiveram a oportunidade tanto de falar quanto de escutar os coleguinhas.

No quadro abaixo, podemos ver como foi estruturado o que as crianças disseram.

Quadro 1 : As perguntas

O que sabemos?	O que queremos saber?	Como iremos saber?
Que viveram muitos anos antes da gente nascer.	Será que todos os dinossauros nascem do ovo?	Pesquisando em livros
Que foram extintos.	Em quais lugares viviam?	Assistindo documentários
Que eles são grandes e ferozes.	O que é aquático? O que é terrestre?	Revistas Científicas
Que têm dinossauros que voam.	Como foram extintos?	Pesquisas na internet
Que dinossauros comem folhas.	Os dinossauros nascem da barriga?	Visitas em museus
Que eles nascem do ovo.		Experimento científico

Fonte: Acervo da professora

Após esse momento de conversa com as crianças, elaborei um projeto de trabalho vislumbrando responder aos questionamentos e curiosidades delas. Elegi, para iniciar o projeto, as teorias científicas sobre a extinção dos dinossauros. Pedi que compartilhassem as suas próprias teorias, pois estavam ansiosas e empolgadas para falar o que pensavam. Para isso, fui perguntando e escrevendo no quadro as possíveis teorias sobre a extinção:

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Quadro 2 - As possíveis teorias sobre a extinção

	Teoria sobre a extinção dos dinossauros – ditada pelas crianças
1ª	*Os dinossauros foram extintos por causa do vulcão que ficou nervoso e cuspiu fogo e matou todos eles... Uns fugiram para a água, mas morreram afogados.*
2ª	*Não! Os dinossauros foram extintos por uma chuva de meteoros azuis que são bolas de fogo que caiu do céu e queimou tudo.*
3ª	*Os dinossauros foram extintos porque um asteroide, que é uma bola incandescente de fogo, caiu dentro do vulcão que explodiu e matou todos os dinossauros e os homens das cavernas. Hoje só tem os fósseis que estão nos museus.*

Fonte: Acervo da professora

Em outro momento, expus na sala, três cartazes com as teorias das crianças, para que pudéssemos discutir. Logo a seguir, fiz a leitura do texto científico da Revista *Ciência Hoje das Crianças* (2012) “As cinco teorias sobre a extinção em massa dos dinossauros”. Assim confrontei a teoria delas com a teoria científica.

A partir do confronto, ficou bem claro que a teoria mais conhecida pelas crianças era da erupção vulcânica. Portanto, devido a esta conclusão, optei em fazer, junto com as crianças, um vulcão de argila, realizando um experimento cientifico e simulando uma erupção vulcânica.

As crianças gostam de experimentar, tocar e sentir as coisas do mundo, assim é importante oferecer diversas oportunidades para que possam explorar e entender como as coisas funcionam. Foi por este motivo que a construção do vulcão foi tão importante.

No dia da modelagem do vulcão, dividi a sala em cinco grupos com quatro crianças. A cada momento, um grupo manuseava a argila e vulcão foi sendo construído. Algumas falas das crianças demonstraram o interesse pela atividade e as descobertas sobre o experimento:

Que gostosa essa argila, ela é geladinha!
Tia, essa argila tá parecendo o barro que tem na minha casa!
Vocês sabiam que argila é uma mistura de terra com água?
Eu não quero mexer na argila, porque minha mão vai ficar suja!
Eu brinco de barro na minha casa!
Tá ficando lindo o nosso vulcão!

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

Foto 1: Crianças vivenciando a construção do vulcão em erupção:



Fonte: Acervo da professora

Organizamos na sala um espaço nomeado “Cantinho dos dinossauros” com diversas espécies dinossauros, livros, revistas e enciclopédias. Neste cantinho, realizávamos, diariamente, registros das observações acerca do desenvolvimento do ovo, do nascimento do dinossauro, das descobertas e novidades trazidas de casa.

No sétimo dia, o ovo estava totalmente rompido. Era um T- Rex verde. As crianças ficaram admiradas e felizes com o nascimento do dinossauro. Todos queriam dar um nome e, para isso, registramos as sugestões em uma lista. Os três mais votados para a eleição final foram: Goku[3], Ártemis e Trix. O nome vencedor foi Goku e para que todos conhecessem mais sobre este personagem, assistimos um episódio do desenho animado Dragon Ball Z.

A partir de então, o Goku passou a visitar a casa de seus amigos. Na sacola de tecido, confeccionada especialmente para o projeto, havia uma caixinha com o Goku, uma revista científica, uma enciclopédia sobre dinossauros e um caderno para registro das impressões sobre a visita do querido mascote.

Entretanto, no decorrer do projeto, aconteceu uma situação que entristeceu todas as crianças. Ao chegarmos à sala de aula, nos deparamos com a cabeça do Goku quebrada e duas patas estragadas. Foi uma choradeira, uma criança disse: *o Goku morreu e eu nem levei para visitar minha casa*. Faltavam cerca de dez

[3] Son Goku – é o protagonista do desenho Dragon Boll, criado por Akira Toriyana

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

crianças para levar o Goku para casa. O que fazer? Foi um banho de água fria! Elas deram diversas sugestões: *achar o culpado e bater, prender quem matou o nosso dinossauro, fazer o enterro dele.* Outras crianças queriam dar sequência às visitas mesmo com o Goku morto. Que frustração!

Foi então que a coordenadora pedagógica da escola conversou com as crianças, sugeriu que comprássemos outro ovo e novamente observássemos pacientemente os sete dias. Aproveitamos o momento para trabalhar as emoções, o sentimento de perda, o descontentamento, entre outros sentimentos que borbulhavam em nossos corações. Chegamos à conclusão de que perdoar era o melhor a se fazer e seguir em frente, pois o culpado não foi encontrado.

Esperávamos ansiosos os sete dias na expectativa de ser a mesma espécie, o nosso T-Rex verde. A surpresa foi quando o ovo começou a se romper e constatamos que não era um Tiranossauro Rex e sim um Tricerátopes laranja. Minha primeira impressão era de que as crianças iriam se decepcionar e eu teria que comprar outro ovo para reiniciar o projeto. Afinal, elas aguardavam o nascimento de um dinossauro igual ao que havia antes e isso não aconteceu.

Porém, o inesperado aconteceu. As crianças nos surpreendem a cada dia! Aceitaram o novo amiguinho e decidiram juntas, que não faríamos outra eleição para escolher um novo nome. Goku seria uma homenagem àquele que morreu. As visitas prosseguiram e todos os dias, na roda de conversa, até o fim do projeto, compartilhávamos as experiências vividas na casa de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto “Meu amigo Goku” foi um projeto muito significativo, porque partiu de uma situação ocorrida em sala e do desejo da turma em querer investigar o passado e a vida dos dinossauros.

As crianças participaram ativamente de todo processo, contribuindo com os seus conhecimentos acerca do tema em questão. Foi gratificante vê-las envolvidas no processo de construção do conhecimento que partiu de suas inquietações, dúvidas e suposições. Esta experiência enriqueceu nossas vivências cotidianas e permitiu que o lúdico adentrasse em nossa sala.

Ano: XXVI - Nº 37 - 2019
Secretaria de Educação de Juiz de Fora
ISSN 1678-5304

As descobertas e estudos acerca dos dinossauros foram registrados em um cartaz: os dinossauros viveram na era mesozoica, paleozoica; eles são répteis; nascem do ovo e por isso são ovíparos; alguns são mamíferos. Descobrimos, também, que diversos animais do nosso cotidiano, como o pato e a galinha, eram ovíparos, assim como os dinossauros.

O projeto foi um aprendizado não só para as crianças, mas para mim também, pois ao longo do processo, precisei rever, refazer e flexibilizar o meu planejamento. Adotei, junto às crianças, uma postura investigativa, em busca de novos conhecimentos, além de ter tido a oportunidade de experimentar novas vivências.

O ato de registrar a prática e o trabalho a partir da pedagogia de projetos possibilita ao professor repensar seu trabalho e enxergar melhor cada ação acontecida. Durante todo trabalho, foi essencial registrar as dúvidas das crianças, seus os avanços, os objetivos a serem alcançados, os pontos a serem repensados, dentre outros. Ao registrar o passo a passo, pude refletir e reavaliar todo processo ocorrido na aplicação de cada atividade. Para além de uma tarefa a ser executada ou atividade a ser aplicada, o registro diário que elaborei, as anotações que fiz, converteram-se em ações importantes, porque trouxeram para minha prática novos olhares, desejo de novos desafios e compreensão de que aprendi muito com as crianças.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. 1 e 3. Brasília: MEC/SEF 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no Ciclo da Alfabetização. Caderno 3 Brasília: MEC/SEB, 2015.

COSTA, Henrique Caldeira (UFV). As cinco teorias sobre a extinção em massa dos dinossauros. In: **Revista Ciência Hoje das Crianças**, ano: 25/ n°237, Agosto de 2012.

CORTEZ, Cléia. **O que um bom projeto para a Educação Infantil precisa ter?** Revista Nova Escola, Ago.2013. Disponível em: http://novaescola.org.br/conteudo /50/o-que-um-bom-projeto-para-educacao-infantil-deve-ter- Acesso em 09/10/2016

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria Gutierrez, OLIVEIRA, Alexandra M. da Silva RONDON, Gislei A. de Souza. METODOLOGIA DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORES, SABERES E DESAFIOS. **Revista Educação e Linguagem** – Artigos – ISSN 1984 – 3437. Vol. 7, n º 1 (2013) Disponível em: http://www.ice.edu.br/TNX/index.php?sid=266